

RELATÓRIO E CONTAS 2008



BPN Crédito

GRUPO BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

RELATÓRIO E CONTAS 2008

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Armando José Fonseca Pinto (Presidente)
Mário Nuno Chaves Soares (Secretário)

Conselho de Administração

Jorge António Beja Pessoa (Presidente)
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar
Rui Manuel Correia Pedras

Fiscal Único

Efectivo

Deloitte & Associados, SROC, S.A.
representada por José António Mendes Garcia Barata

Suplente

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nota Introdutória

O ano de 2008 fica, indubitavelmente, ligado ao processo de nacionalização do BPN - Banco Português de Negócios, entidade que indirectamente controla a totalidade do capital social da BPN Credito, IFIC, SA. Tal facto, ao qual acresce o período anterior que culminou em Junho com a eleição do, então, Conselho de Administração do Grupo, originou um 2º Semestre com condições comercialmente não esperadas e particularmente difíceis, sobretudo ao nível das operações encaminhadas pelo canal bancário.

No que concerne ao negócio proveniente dos pontos de venda externos, pelas suas características próprias, foi possível atenuar o efeito referido no parágrafo anterior, terminando o ano de 2008 com uma produção em tornos dos 120 Milhões €. Naturalmente que tal reflecte também a realidade do sector de financiamento de automóveis usados, sensível á conjuntura económica do país.

A carteira de crédito sob gestão situou-se nos 1.050 Milhões €, com destaque para a Locação Financeira (46%) e Crédito Consumo (42%)

Enquadramento Macroeconómico

"A principal causa desta crise foi a que em toda parte tem sido quase sempre a causa das crises desta ordem: o abuso do crédito."

Diário do Governo, 10 de Janeiro de 1877

A Economia Mundial

A situação económica durante 2008 ficou marcada pela cronologia da progressão da crise do sistema financeiro internacional e das suas graves ramificações na economia real que se acentuaram marcadamente no quarto trimestre de 2008.

Durante 2008, o crescimento económico mundial foi de 3,1% (com ponderações em paridades de poder de compra), apesar de ter sido desigual ao longo do ano, com um travagem muito acentuada no segundo semestre, que foi particularmente intensa no quarto trimestre de 2008, onde a generalidade das economias desenvolvidas terá entrado em recessão técnica.



A taxa de crescimento foi muito distinta consoante os blocos económicos tendo, as economias mais desenvolvidas, crescido apenas marginalmente (cerca de 1%, nos EUA e na Zona Euro), enquanto que as economias emergentes progrediram a um ritmo de 5,8% em 2008.

Crescimento Económico

	2007	2008	Estimativas 2009	Previsões 2010
Economia Mundial	5,2	3,1	-0,6	2,9
<i>Economias avançadas</i>	2,7	0,8	-2,9	1,6
E. U. A.	2,0	1,1	-2,4	2,0
Zona Euro	2,6	0,7	-2,7	0,9
Japão	2,4	-0,7	-5,3	1,5
<i>Economias Emergentes</i>	8,3	5,8	2,1	4,4

Fonte: Banco Mundial

Tal divergência chegou a justificar opiniões no sentido da existência de uma divergência sustentável das taxas de crescimento entre estes blocos económicos, a qual veio comprovar-se não existir, à medida que as ligações entre economias mundiais através do comércio internacional e os efeitos da crise financeira e bancária mundiais se foram alastrando de forma uniforme através dos diversos blocos da economia Mundial.

O ano de 2008 também revelou, de forma bastante clara, a fragilidade do sistema financeiro a nível mundial, sobretudo nos EUA e no Reino Unido, onde, não fora a intervenção decidida dos respectivos bancos centrais e Governos, as consequências poderiam ter sido mais graves.

As modalidades de intervenção para contenção da crise variaram de país para país, mas incluíram quase sempre o fornecimento de liquidez ao sistema bancário pelos Bancos Centrais, a garantia de financiamentos interbancários pelos Governos e a disponibilização de capitais para o reforço dos fundos próprios das instituições financeiras com dificuldades.

Em alguns países, onde o saneamento do sector bancário deverá exigir esforços mais significativos, passou-se já à compra de activos financeiros pelos respectivos Bancos Centrais por contrapartida de aumento do financiamento monetário à economia e/ou então à concessão de garantias de preço de activos financeiros mais problemáticos.

O que começou em Setembro de 2008, como um processo massivo de desalavancagem nos mercados financeiros (no seguimento da falência do banco de investimento Lehman Brothers, da intervenção na seguradora AIG e da compra (acrescentar o resto do texto), acabou por transformar-se na contracção da actividade económica mais severa desde 1945, em consequência da pior crise financeira desde a Grande Depressão que atingiu os sistemas bancário e financeiro dos países mais desenvolvidos e, sobretudo nos EUA, onde os problemas com os créditos concedidos não estão, como inicialmente se pensou, adstritos apenas ao sector

Yves F. P. J.

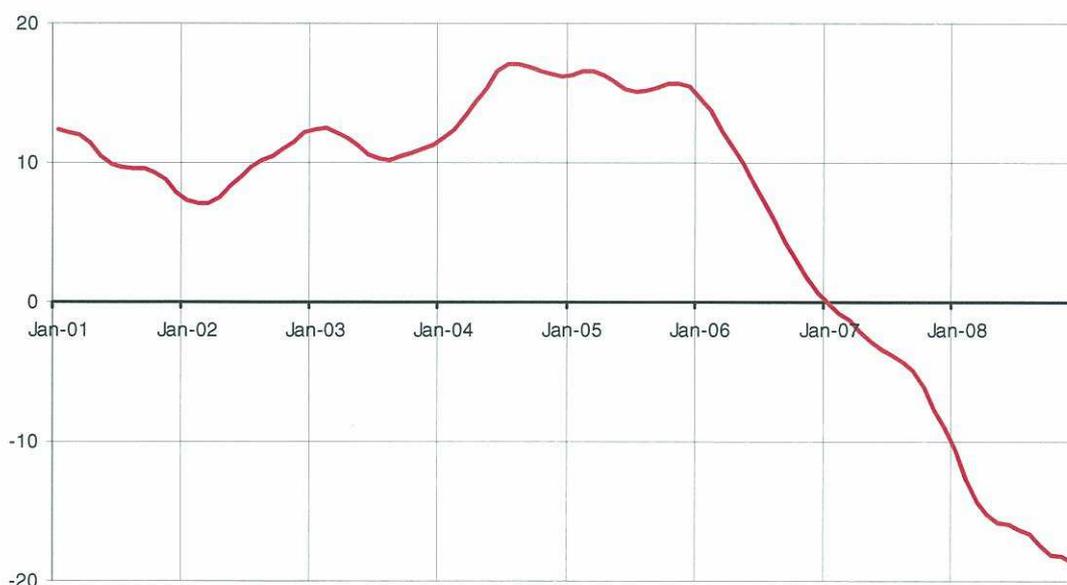
das hipotecas de alto risco (o "subprime"), mas antes abrangem quase todos os tipos de crédito, seja a particulares, seja a empresas e decorrem de os respectivos níveis de endividamento serem muito elevados.

À medida que os investidores nos mercados internacionais repatriavam os seus activos financeiros e os bancos pararam a concessão de fundos no mercado interbancário a outros bancos e de crédito às empresas, estas últimas viram-se na necessidade de reduzir a sua produção e as suas encomendas e, em consequência, de adiar os seus planos de investimento.

Os consumidores confrontados com desvalorizações sem precedentes no seu património de activos financeiros e imobiliário e com a degradação das condições dos mercados de trabalho registaram acentuadas quedas da confiança, aumentando significativamente as suas poupanças discricionárias, por contrapartida da redução do seu consumo, sobretudo de bens duradouros em geral e de automóveis em particular.

De facto, as maiores quedas da taxa de utilização da capacidade industrial verificaram-se nas empresas da fileira automóvel, sendo de registar que a Toyota, o construtor automóvel mundial mais eficiente, apresentou prejuízos pela primeira vez em cinquenta anos. Por seu lado, as construtoras automóveis dos EUA encontram-se em situação de grande desequilíbrio financeiro, necessitando do apoio do Governo dos EUA e contemplando a reestruturação dos seus passivos,

Varição do Preço das Casas nos EUA (%)



Yvesio Galvan

No quarto trimestre de 2008, a economia dos países que compõem a OCDE contraiu-se 1.5%, a que corresponde uma taxa anualizada de 6%. Esta é a maior contracção desde que existem dados da OCDE. Nesse período, a maior queda do PIB entre os países que compõem os G7 verificou-se no Japão (3.3%) e a menor nos EUA (1%).

A redução da actividade económica levou a uma queda acentuada dos preços das matérias-primas em geral (metais, agrícolas e energia) e do petróleo em particular, o qual depois de ter atingido o valor mais alto de sempre (mesmo em termos reais), nos 140 dólares por barril (em meados de 2008), desceu para cerca 50 dólares no final do ano que passou.

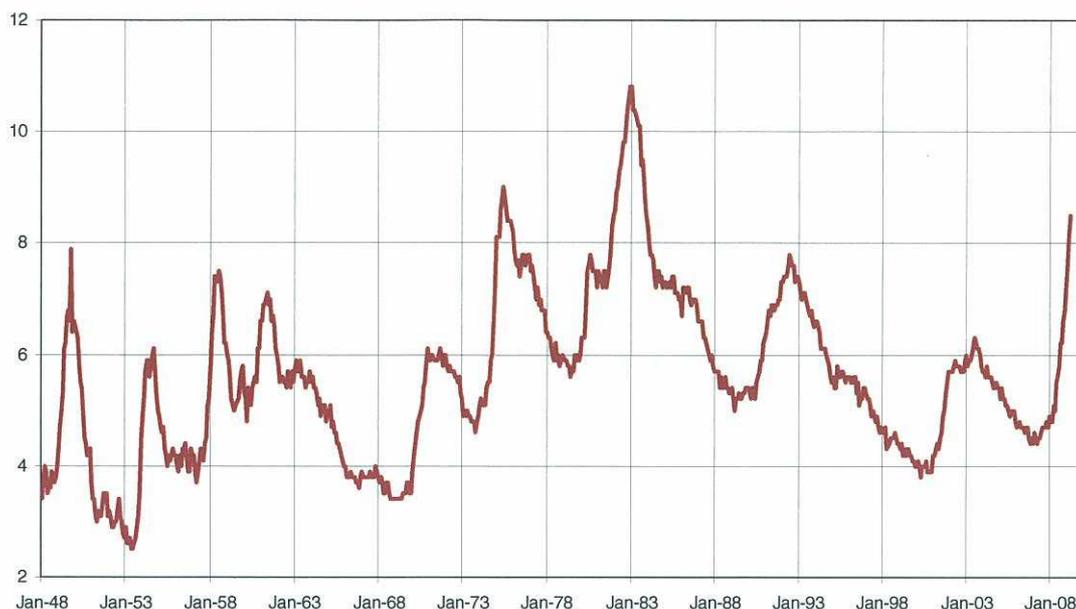
Preço do Petróleo na Bolsa de NY



A taxa de desemprego já chegou aos 8.5% nos EUA, tendo sido já perdidos 4.4 milhões de empregos, o que dá a medida da dimensão da crise económica, uma vez que a taxa de desemprego era apenas de 4.9%, no final de 2007.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Evolução da Taxa de Desemprego nos EUA (%)



O FMI, depois de ter subestimado a severidade do bloqueio dos mercados de crédito e do seu impacto na economia real, uma vez que reviu em alta as suas previsões de crescimento, em Julho de 2008, e alertou para os perigos da inflação, tem vindo a reconhecer gradualmente a severidade da situação, o que foi sendo acompanhado pelo Banco Mundial e pela OCDE.

Este reconhecimento da complexidade da situação tem-se traduzido em diversas revisões em baixa das estimativas de crescimento económico, mas também em apelos às instituições monetárias e fiscais das principais economias no sentido de coordenar as acções de combate à crise, a qual se traduziu nas medidas acordadas na cimeira dos G20, entretanto ocorrida.

A expectativa de que diversas economias emergentes pudessem enfrentar problemas no seu financiamento externo levou, já em 2009, os G20 a dotarem o FMI com amplos recursos, de molde a poder intervir para auxiliar essas economias e evitar que uma confluência de crises de balança de pagamentos pudesse agravar ou prolongar a crise financeira.

No início de 2009, a situação ainda causa apreensão, já que a queda da actividade económica ainda não estabilizou e os Bancos Centrais e os Governos dos principais blocos económicos lutam para evitar que as respectivas economias entrem em deflação, ao mesmo tempo que se assiste a perdas crescentes nos sistemas bancários das principais economias desenvolvidas. Tenta-se evitar que o colapso dos mecanismos de intermediação financeira levem à retracção do crédito à economia, de forma a quebrar a espiral sucessiva de menos despesa, menos

emprego, rendimentos decrescente, perdas em empréstimos bancários e receios de solvabilidade.

Segundo as últimas indicações do Banco Mundial em Março de 2009, a revisão das estimativas para o crescimento da economia mundial deverá apontar para uma contracção da actividade económica de 0,6% em 2009, com as economias ponderadas a paridades de poder de compra, e de 1.7%, a câmbios de mercado.

Esta será a primeira vez que tal acontece em 60 anos e dá uma visão clara da dimensão da crise que se tem vindo a agravar desde o segundo semestre de 2008. O comércio mundial deverá registar em 2009 uma diminuição em volume de cerca de 6%, o que acontece pela primeira vez desde 1945, com as maiores quedas a verificarem-se na Ásia.

A contracção do PIB será de 2.9% nas economias desenvolvidas (queda de 3.0% nos países que integram a OCDE e de 2,0% nas restantes economias, sendo de destacar a diminuição do produto de 2,7% da zona Euro, de 2.4% nos EUA e de 5.3% no Japão).

As economias em desenvolvimento deverão crescer 2.1% em 2009, reduzindo de uma taxa 5.8% em 2008. Aqui é de referir a China (abrandamento de 9,0% em 2008 para 6,5% em 2009) e a Índia (de 5.5% para 4.0%).

A crise financeira irá ter um impacto significativo nas finanças públicas da maior parte dos países. As receitas fiscais estão em queda devido ao efeito dos estabilizadores automáticos. Diversos países estão a implementar pacotes de estímulo económico e, em diversos casos, o apoio ao sistema financeiro está a traduzir-se em custos efectivos que levam ao aumento da dívida pública.

Segundo o FMI, em 2009 o saldo orçamental das economias desenvolvidas dos G20 deverá deteriorar-se em seis pontos percentuais relativamente a 2008 (devendo atingir um défice de 8% do PIB em 2009) e o peso da dívida pública no PIB aumentará, nestes países, quinze pontos percentuais no biénio 2008/09.

A nível mundial os pacotes de estímulo à economia deverão atingir os 1,6% nos países desenvolvidos e os 2% nos países em desenvolvimento.

O défice orçamental dos EUA deverá ultrapassar os 10% do PIB em 2009, sendo que a Alemanha se comprometeu já com um estímulo fiscal e orçamental à sua economia estimado em 4.7% do seu PIB nestes dois aos.

Um impulso fiscal é necessário a nível mundial, mas é preciso evitar que ocorram desvalorizações cambiais competitivas que possam prejudicar a cooperação internacional na resolução desta crise económica e financeira.

Apesar dos números serem impressionantes é importante ver que não deverá existir "crowding out" do sector privado e que a despesa pública funcionará como "estabilizador automático" da retracção que se assiste da despesa privada.

As previsões de Janeiro de 2009 da Comissão Europeia para a zona Euro, que se reproduzem abaixo, apontam para uma queda da actividade económica de 1.9%, com particular incidência no investimento que deverá contrair 5.5%. A taxa de desemprego na zona euro deverá subir para os 10.2% em 2010, quando era de 7.5% no final de 2007.

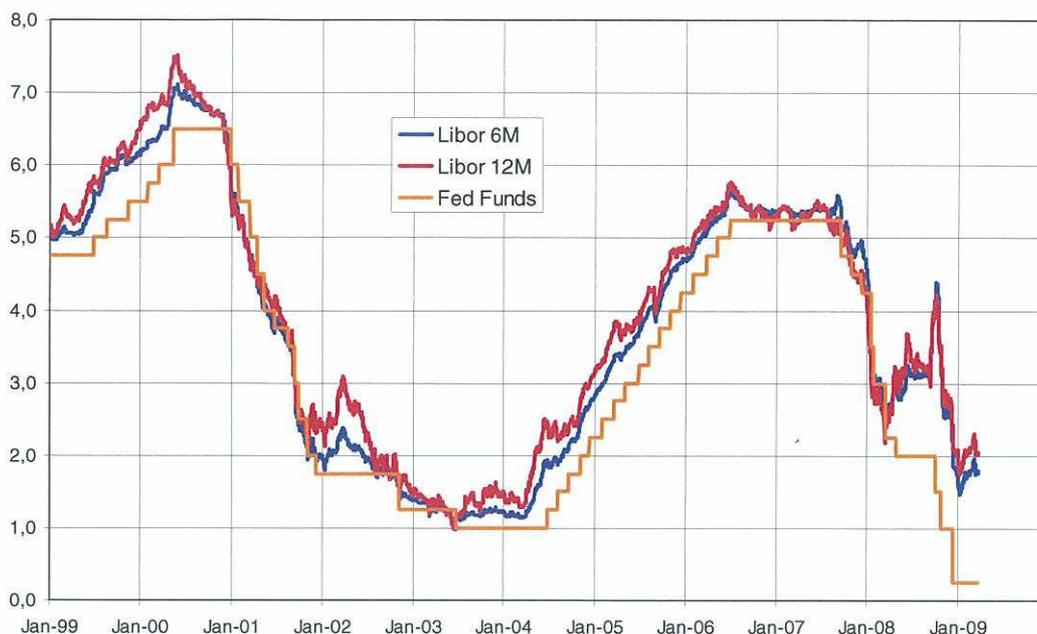
Portugal						
	Real			Previsões Jan 2009		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Produto Interno Bruto	1,7	2,9	2,7	0,9	-1,9	0,4
Consumo privado	1,8	2,0	1,6	0,5	-0,1	0,3
Consumo público	1,5	1,9	2,3	2,1	1,6	1,2
Investimento total	3,3	5,5	4,3	0,6	-5,5	-0,7
Emprego	0,7	1,4	1,7	0,7	-1,6	-0,7
Taxa de desemprego	9,0	8,3	7,5	7,5	9,3	10,2
Inflação	2,2	2,2	2,1	3,3	1,0	1,8
Défice orçamental	-2,5	-1,3	-0,6	-1,7	-4	-4,4
Dívida pública	70	68,3	66,1	68,7	72,7	75,8
Balança corrente	0,1	-0,1	0,1	-0,5	-0,7	-0,7

Evolução dos mercados monetários e de capitais

No final de 2008, os mercados monetários estavam a recuperar gradualmente das convulsões vividas em Setembro, na sequência da insolvência da Lehman Brothers, as quais levaram ao bloqueio (paragem da actividade?) dos mercados monetários interbancários e das emissões de dívida bancária e de titularizações de crédito nos mercados de capitais.

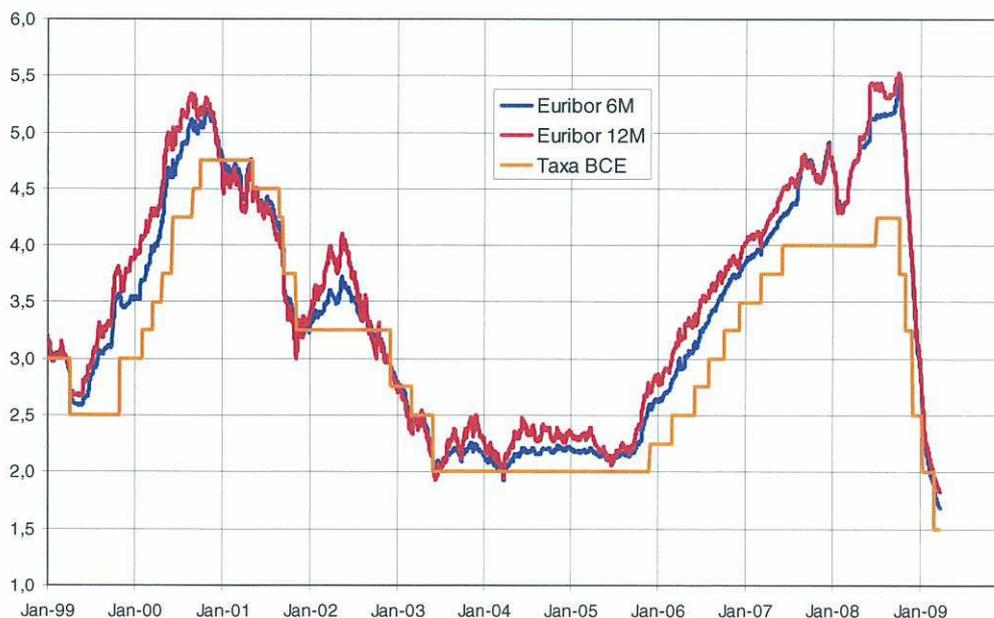
Para compensar o declínio da actividade económica que se foi fazendo sentir nos EUA de forma crescente durante o ano, a Reserva Federal dos EUA reduziu a taxa dos fundos que cede ao sistema bancário de 4,25% no início do ano para 0,25% em Dezembro. Esta redução das taxas directoras vem no seguimento da redução de 100 bps que já tinha sido efectuada em 2007. As Libors de 6 e de 12 meses reduziram-se de cerca de 4,5% no início do ano para 1.75% no fecho.

Luís Fernandes



Na zona Euro, o BCE subiu a sua taxa de cedência de fundos de 4% para 4,25 em Junho de 2008, mas teve de inflectir a sua orientação, passando a reduzir a sua taxa de cedência, a qual fechou o ano em 2,5% e que actualmente se situa nos 1,25%.

Apesar destas reduções, as tensões no mercado monetário levaram a que as taxas de prazos mais longos (6 e 12 meses) tenham descido de 5,5% em Janeiro para 3,05% no final de Dezembro.



Leão Felipe

À medida que as taxas de juro tendem para zero, aproxima-se a utilização de políticas monetárias baseadas na cedência quantitativa de liquidez através da compra de activos financeiros ao sector bancário por contrapartida da criação de reservas (financiamento monetário) e expansão dos balanços dos Bancos Centrais.

Os problemas do sector bancário mundial que começaram por ter a natureza de uma crise de liquidez transformaram-se numa crise de solvência, à medida que a recessão progride e que as perdas nas carteiras de crédito aumentam e que sobem as imparidades em activos cotados que detêm em balanço.

As perdas totais no sector bancário ultrapassaram os mil biliões de dólares em Novembro de 2008 e o FMI estima, em Abril de 2009, que essas perdas possam vir a ser de quatro mil biliões, repartidas por 3,1 mil biliões em créditos originados nos EUA e de 0,9 mil biliões em créditos oriundos da Europa e Ásia. Tal é consentâneo com as estimativas que apontam para que, nos sistemas financeiros mais expostos à crise (como o dos EUA, Inglaterra e Espanha), as perdas nas carteiras de créditos dos bancos possam vir a atingir os 10% do PIB.

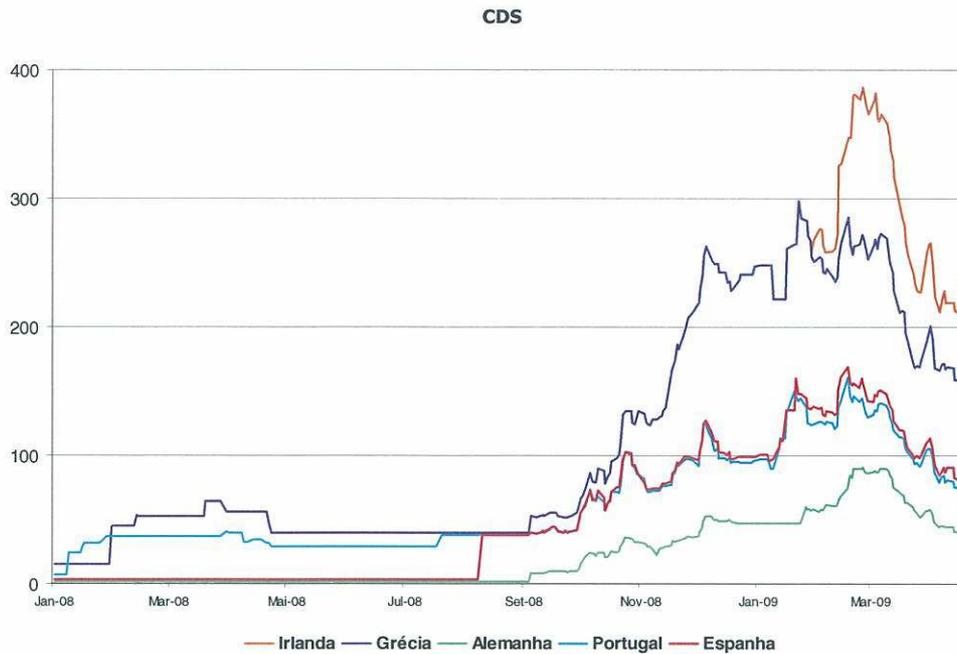
A condução da política monetária da Reserva Federal foi excessivamente expansionista durante o ciclo de expansão económica, uma vez que crescimentos do PIB nominal da ordem dos 5% chegaram a conviver com taxas de mercado monetário de cerca de 1%. Ajustadas pela inflação as taxas directoras do FED foram negativas entre 2002 a 2005, o que estimulou um aumento muito significativo do aumento do endividamento pelo sector privado nos EUA e a consequente deterioração da qualidade do crédito.

Como foi referido, a crise bancária intensificou-se depois da falência da Lehman e, a partir de Outubro, os Governos de diversos países tiveram necessidade de conceder garantias para a emissão de dívida sénior pelos seus bancos nacionais nos mercados internacionais, bem como disponibilizar capitais para aumentar os fundos próprios das instituições financeiras que de tal necessitassem.

Para evitar o alastramento do risco sistémico, acabou por funcionar, correctamente, o princípio da garantia implícita dos depósitos bancários pelo Estado para impedir a quebra do mecanismo de concessão de crédito à economia e para evitar corridas aos depósitos de bancos saudáveis, que resultassem de uma perda generalizada de confiança no sistema bancário.

A absorção de risco de financiamento do sistema bancário pelos Governos levou a um alargamento dos "spreads" de risco de crédito soberano, medidos pelos custos dos respectivos seguros de crédito (credit default swaps).





A implementação de “bad banks”, garantia dos preços dos activos financeiros pelos Governos, as alterações das regras de valorização a preços de mercado dos activos financeiros em balanço e as parcerias público-privadas para compra de activos financeiros, bem como a intervenção de capitais públicos e privados na recapitalização do sistema bancário serão os próximos passos no caminho para a recuperação do sector bancário a nível mundial.

O índice FTSE World registou uma queda de cerca 40% no ano, passando de 459 para 264 pontos. Com esta fortíssima queda, o índice aproximou-se de forma significativa dos seus mínimos anteriores de 2002 (192 pontos em Outubro de 2002). Note-se que, já em Março de 2009, o índice revisitou esses mínimos de 2002, registando um valor de 198 pontos.

Os índices de referência americano e europeu, respectivamente o S&P 500 e o Euro Stoxx 50, sofreram semelhante evolução neste período, tendo o S&P 500 caído 35,6% (de 1447 para 903 pontos) e o Euro Stoxx 50 descido 44,4% (de 3635 para 2084 pontos). Em Março de 2009, estes índices ultrapassaram mesmo os mínimos verificados em 2002/03 (o S&P 500 registou em Outubro de 2002 um mínimo de 769 pontos, enquanto em Março de 2009 desceu aos 667 pontos e o Euro Stoxx 50 registou um mínimo de 1850 em Março de 2003, enquanto em Março de 2009 atingiu os 1615 pontos).

Ao longo do ano de 2008 os mercados de capitais registaram perdas totais de 50 mil biliões de dólares (um valor equivalente ao PIB mundial de um ano), devido à desvalorizações de activos, estimando-se que 40% da riqueza financeira mundial possa ter sido perdida.

Luís Fontana

A Economia Portuguesa

Depois ter crescido 1,9% em 2007 (ao ritmo mais elevado desde 2001), a economia portuguesa estagnou em 2008. Apesar da procura interna ter aumentado 0,9% em termos anuais, o contributo da procura externa líquida para o PIB anulou esse crescimento. Tal ficou a dever-se à evolução negativa das exportações que adveio dos efeitos da crise internacional sobre a economia portuguesa.

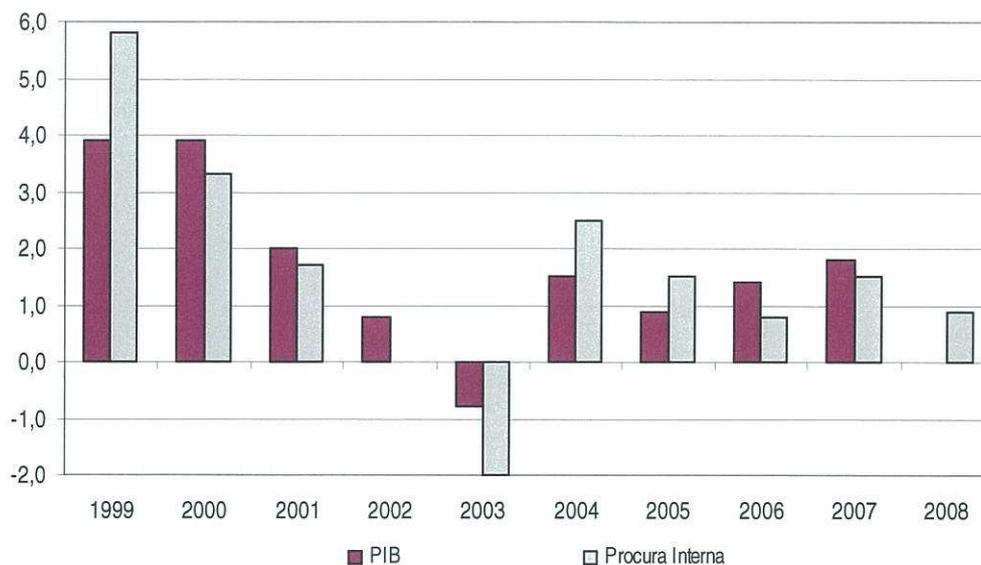
No ano que passou, o crescimento económico em Portugal foi inferior à média do crescimento da zona Euro, a qual se expandiu ao ritmo de 0,9%. Esta divergência manteve o padrão que já tinha existido em 2007, onde a zona Euro cresceu à taxa anual de 2,6%, contra 1,9% em Portugal.

Portugal	Real		Projeções
	2007	2008	2009
Produto Interno Bruto	1,8	0,0	-3,5
Consumo privado	1,6	1,7	-0,9
Consumo público	0	0,5	0,4
Formação bruta de capital fixo	2,8	-1,7	-14,4
Procura interna	1,5	0,9	-3,5
Exportações	7,5	-0,4	-14,2
Importações	5,6	2,1	-11,7
Contributo para o PIB (em p.p.)			
Procura interna		1,0	-3,9
Exportações líquidas		-1,0	0,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	-8,1	-10,5	-7,9
Inflação (IHPC)	2,4	2,7	-0,2

Fontes: Banco de Portugal (Abril 2009)

Com a queda, em cadeia, do produto interno verificada nos dois últimos trimestres de 2008, em consequência da crise económico-financeira que percorre a economia mundial, a economia portuguesa entrou num período recessivo à semelhança do que aconteceu na zona Euro

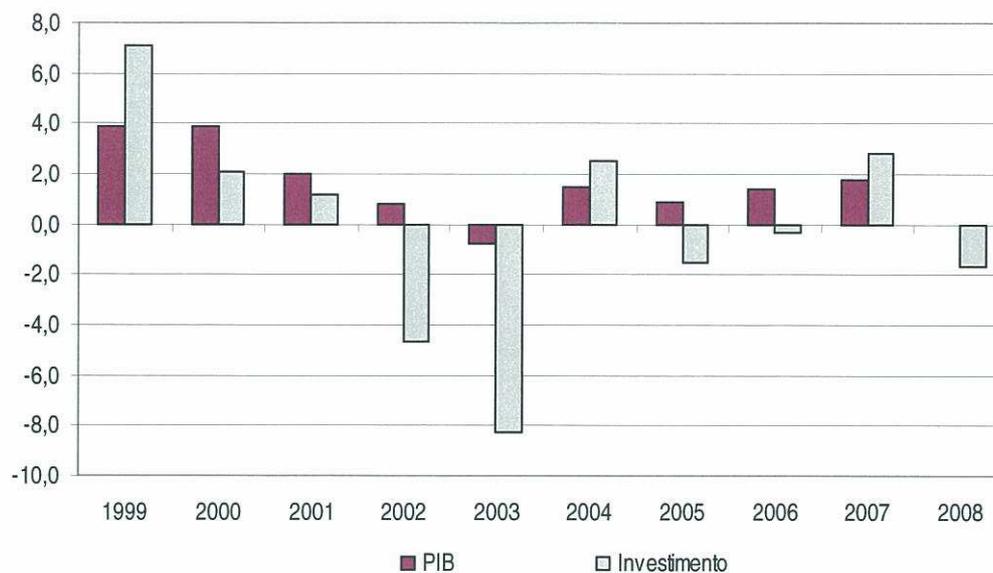
De facto, depois de ter contraído 0,2% no terceiro trimestre, o PIB português retraiu-se 1,6% no quarto trimestre de 2008, em larga medida em virtude de queda de 8,7% no investimento, a qual originou uma contracção de 1,2% na procura interna nesse trimestre.



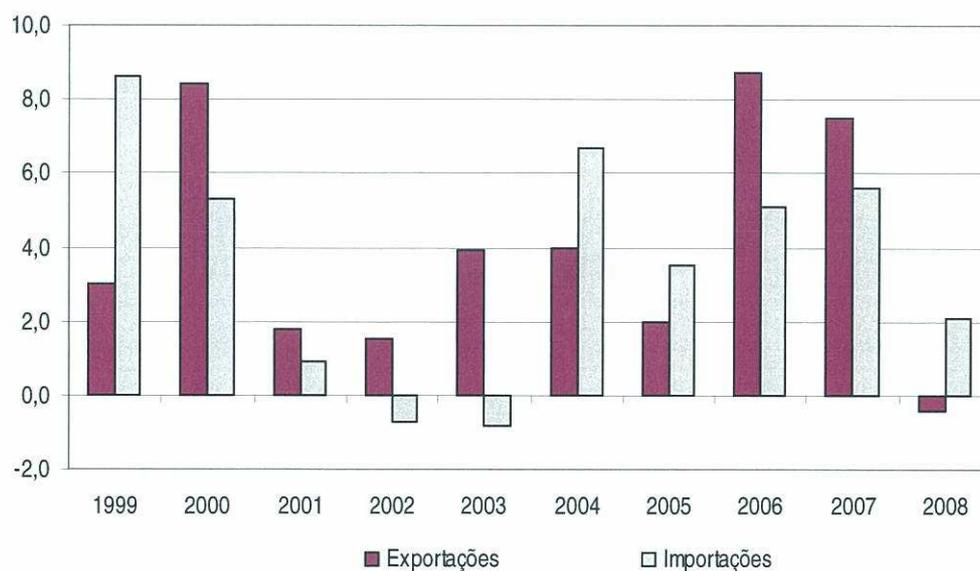
Nas principais componentes da procura interna destacou-se, em 2008, o consumo privado que cresceu a uma taxa de 1,7% (contra os 1,6% de 2007), valor este que é superior à taxa de expansão do PIB, e que só foi possível através de uma diminuição da taxa de poupança das famílias. Já o consumo público teve uma variação real positiva de 0,5%, que contrasta com uma variação real nula em 2007.

A formação bruta de capital fixo registou uma variação negativa de 1,7% em 2008, depois do aumento de 2,8% em 2007. Refira-se que os valores positivos, de 2007, juntamente com o crescimento registado em 2004, foram os únicos incrementos do investimento na economia portuguesa, numa base anual, desde 2001.

Yacine Farfan



As exportações tiveram uma ligeira queda em 2008, depois de aumentarem a um ritmo muito significativo (7,5% em 2007 e 8,7% em 2006). O comportamento das importações foi menos favorável, uma vez que cresceram 2,1% no ano passado, agravando o défice da balança de mercadorias em 2008.



As previsões do Banco de Portugal para 2009, apontam para a pior evolução macroeconómica desde 1975, em linha com a degradação da envolvente externa da economia portuguesa, sendo a estimativa para o PIB de uma queda de 3,5%.

Yacine Farber

Tal será consequência da diminuição da procura interna, a qual também deverá ser de 3,5%, impulsionada por uma redução do investimento de mais de 14% em 2009.

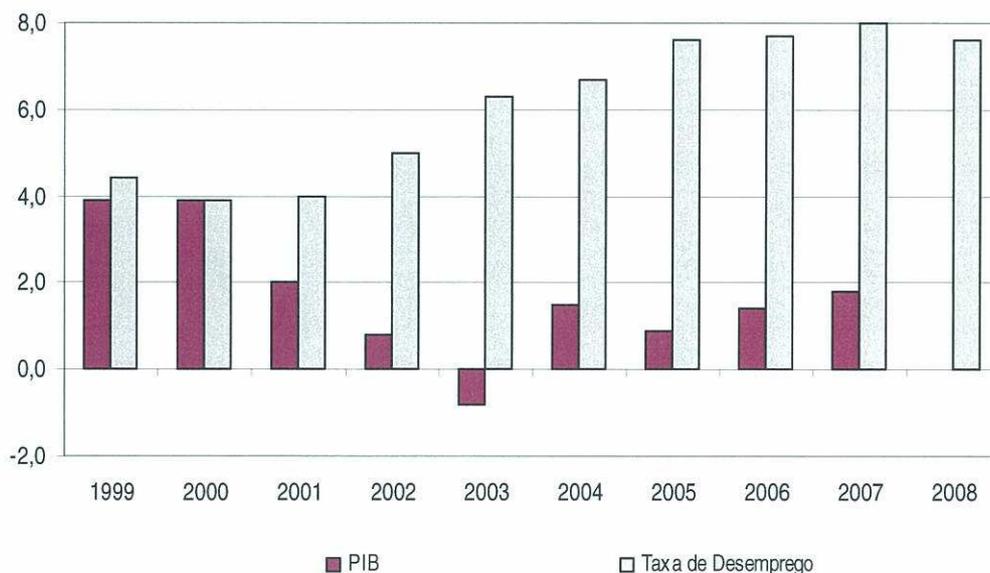
Igualmente muito relevante será a diminuição das exportações num valor análogo, mas a concomitante redução das importações em volume, cerca de 12%, permite que o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB deva ser ligeiramente positivo.

Inflação e Desemprego

A taxa de inflação média (índice harmonizado) foi de 2,7% em 2008, em ligeira subida do ano anterior, onde foi de 2,4%. Para este comportamento foi fundamental o aumento dos preços dos produtos energéticos e dos produtos agrícolas que se registou durante o primeiro semestre do ano.

As estimativas para 2009 apontam para uma descida ligeira do índice geral de preços (deflação), em parte pela reversão dos efeitos anteriormente mencionados e também pela moderação decorrente da queda da procura em geral. Se se vier a verificar, esta situação permitirá mitigar o efeito adverso da queda do PIB no rendimento real disponível dos consumidores, actuando como moderadora de tal efeito.

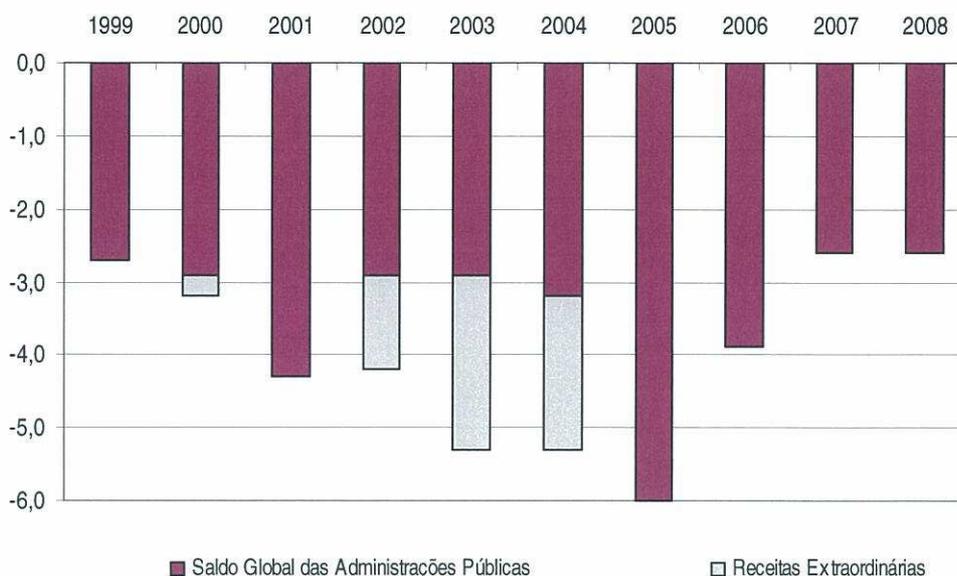
Segundo os dados divulgados pelo INE para o quarto trimestre de 2008, o valor da taxa de desemprego atingiu os 7.8%. Tal valor é igual registado no quarto trimestre de 2007. A taxa de actividade da actividade da população era, no final de 2008, de 62,3%.



Handwritten signature and initials.

Finanças públicas

Durante o ano de 2008, o défice das administrações públicas foi de 2,6%, valor equivalente ao do ano de 2007.



Segundo as últimas previsões, a receita fiscal do Estado não cresceu em 2008 em relação ao ano anterior, em consequência da queda verificada no último trimestre do ano, no qual a actividade económica apresentou já características marcadamente recessivas. A receita dos impostos directos (IRS e IRC) cresceu 3,9% em 2008, enquanto a proveniente dos impostos indirectos diminuiu 2,8%.

A despesa corrente primária do Estado registou um crescimento moderado de 4,7%, sobretudo se tomarmos em linha de conta que a amortização do défice tarifário do sector eléctrico adicionou 1,3 pontos percentuais a este valor.

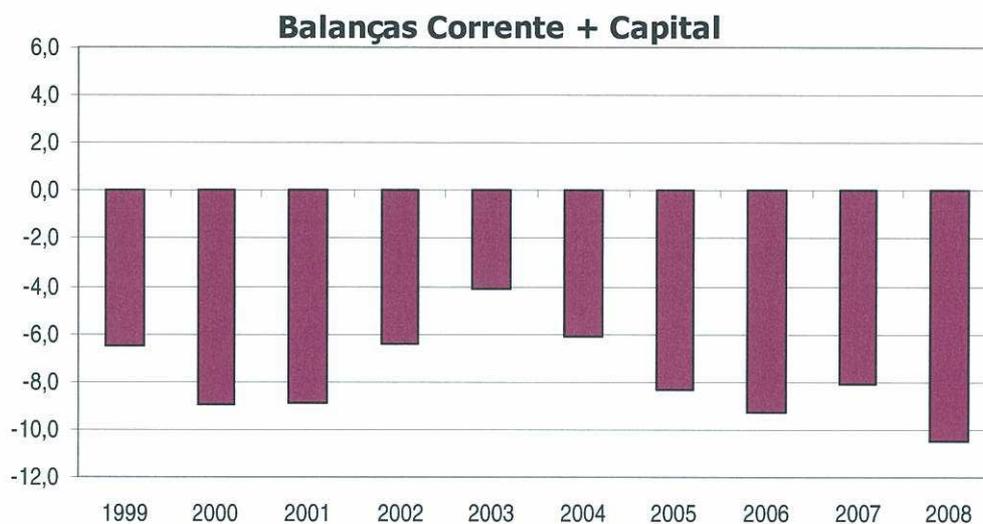
A alteração radical do cenário macroeconómico obrigou ao abandono das meta de 0,5% para o défice estrutural das contas públicas em 2010, mas a consolidação fiscal levada a cabo desde 2005 permitiu que Portugal tenha agora espaço orçamental para medidas discricionárias de apoio à sua economia e ao seu sector financeiro.

Como já referimos no passado, a credibilização da economia portuguesa que decorre da existência de finanças públicas equilibradas e sustentáveis é muito importante no actual contexto dos mercados monetários e de capitais, uma vez que uma parte importante do financiamento da economia portuguesa é obtido nos mercados internacionais.

João Pereira

Contas externas

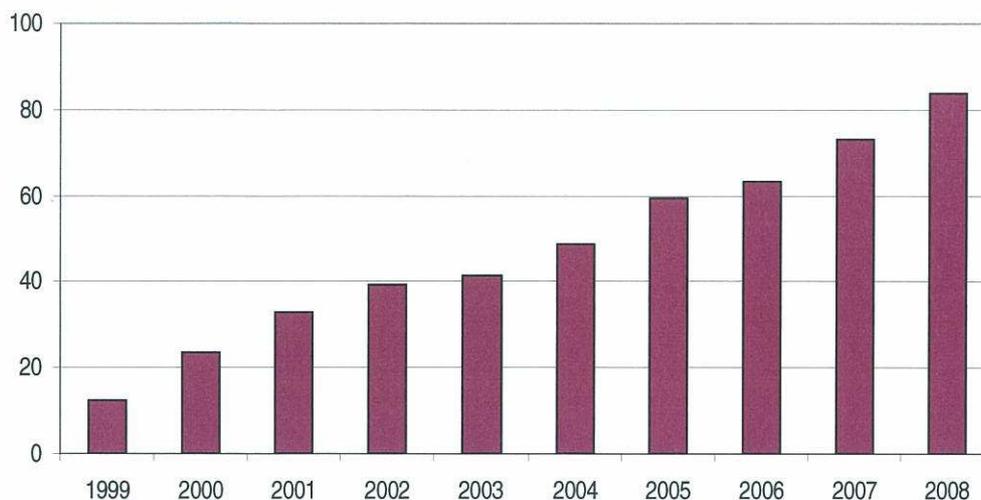
Em 2008, o déficit agregado das balanças corrente e de capital foi de 17,5 mil milhões de euros, o equivalente a 10,5% do produto interno português que foi de 166,1 mil milhões. Este valor representa um aumento de 4,1 mil milhões de euros relativamente ao ano de 2007.



Em consequência, o peso do endividamento externo da economia portuguesa relativamente ao PIB voltou a aumentar em 2008, tendência continuada da última década.

Yazio

Endividamento Externo



Sistema bancário

A taxa de crescimento dos empréstimos bancários concedidos ao sector não monetário foi de 7,7% em 2008, abrandando relativamente a 2007, onde a taxa de crescimento foi de 10,7%. O crédito ao sector não financeiro aumentou 7,1% e os empréstimos às instituições financeiras não monetárias de 17,6% em 2008, moderando de, respectivamente, 9,9% e 26,9%.

No sector privado não financeiro, a taxa de crescimento dos empréstimos tomados foram de 10,6% para as sociedades não financeiras e de 4,6% para os particulares.

A qualidade das carteiras de crédito dos bancos portugueses registou uma deterioração moderada em 2008, mas os rácios de cobertura por provisões permanecem confortáveis. No entanto, a crise financeira internacional teve como consequência não só o aumento dos "spreads" aplicados, mas também uma maior exigência nas restantes condições contratuais dos empréstimos concedidos pelo sector bancário.

Em Outubro de 2008, o Governo disponibilizou garantias bancárias, no valor de 20 mil milhões de euros, para emissão de dívida sénior pelos bancos portugueses, repartida consoante a quota de cada instituição bancária no sistema financeiro português. Tal aconteceu num cenário de concertação com outros Governos da zona Euro.

Para além destas garantias, da qual a maior parte permanece ainda disponível para utilização, os bancos portugueses utilizaram a sua base de clientes para aumentar a sua captação de depósitos, tendo igualmente colocado (sobretudo durante o primeiro semestre), obrigações hipotecárias, titularizações de crédito imobiliário e MTNs nos mercados de capitais.

Os bancos portugueses têm também aumentado os activos disponíveis em balanço para desconto junto do BCE, recorrendo à transformação da sua carteira de crédito.

No início de Novembro de 2008, o Governo nacionalizou o BPN em face da existência de imparidades em montante significativo e do impacto da descoberta dessa situação na tesouraria do banco.

Em Dezembro, o BPP enfrentou dificuldades de liquidez decorrentes das desvalorizações de mercado de títulos existentes em carteiras de veículos fora do seu balanço, mas cujo risco estava repartido entre o banco e os seus clientes.

Por fim é de referir que o Banco de Portugal recomendou aos bancos que, em face da instabilidade vivida nos mercados de capitais, aumentassem o seu rácio de Tier 1 para 8% até 30 de Setembro e que o Governo disponibilizou 4 mil milhões de euros para recapitalizar bancos que de tal necessitassem, mas até ao momento apenas o BPP manifestou interesse em recorrer a este programa, e apenas no montante de 150 milhões de euros.

Enquadramento sectorial

Em 2008, a BPN Crédito manteve o mesmo modelo de abordagem ao mercado, com ligeiros ajustes à sua estrutura comercial que se consubstanciaram na extinção da Unidade Comercial Lar, conseqüente enquadramento nas Unidades Comerciais Auto.

Continuando a operar com duas Redes Comerciais distintas (Banco e Pontos de Venda Externos) a BPN Crédito oferece ao mercado todo o espectro de Crédito Especializado – Financiamento Automóvel (Crédito e Locação), Crédito Lar, Locação Imobiliária e de Equipamentos e Factoring.

Apresentamos de seguida a análise aos mercados onde a empresa opera, de forma a ser perceptível o enquadramento da actividade desenvolvida pela BPN Crédito.

Financiamento Automóvel

Fazendo uma breve análise ao Mercado Automóvel em Portugal, é perceptível as performances e tendências do crédito especializado auto, nomeadamente ao nível do Crédito e da Locação. O quadro seguinte apresenta a evolução do número de viaturas automóveis novas vendidas em Portugal em 2008 e o comparativo com o ano anterior.

<i>Unidades vendidas</i>			
VENDA DE AUTOMÓVEIS EM PORTUGAL	2007	2008	Var
Automóveis Ligeiros de Passageiros Inclui: Todo-o-Terreno	201.816	213.389	5,73 %
Veículos Comerciais Ligeiros	68.421	55.404	-19,02 %
TOTAL DE LIGEIOS	270.237	268.793	-0,53 %
Veículos Comerciais Pesados Inclui: Autocarros	6.369	6.334	-0,55 %
TOTAL DE MERCADO AUTOMÓVEL NOVOS	254.795	247.767	-0,53 %

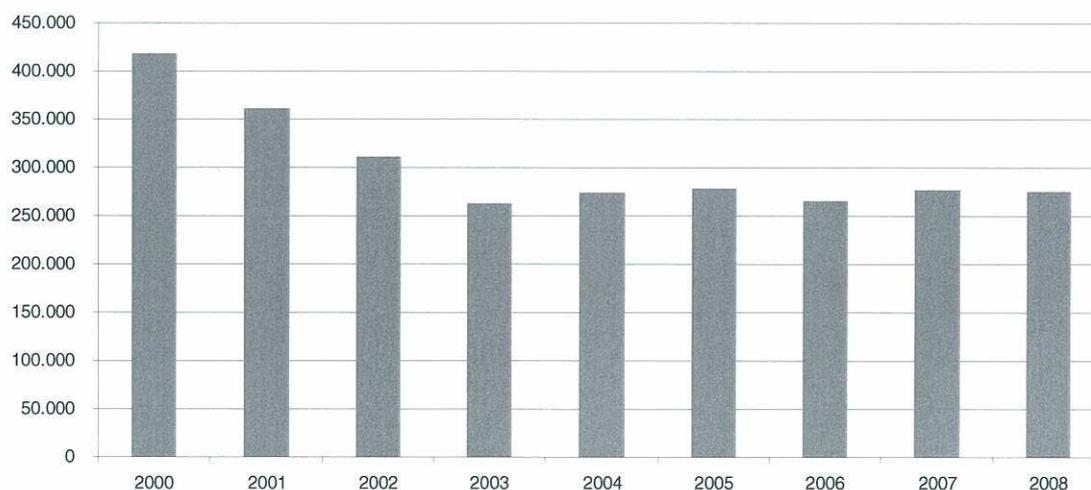
(Valores acumulados de Janeiro a Novembro) – Unidades Vendidas

Fonte: <http://www.autoinforma.pt/>

O mercado global de viaturas novas apresenta no final de 2008 uma queda de 0,53% face ao período homólogo. Para este cenário, contribuiu significativamente a descida de 19,02% dos veículos comerciais ligeiros, e de 0,55% dos veículos pesados.

Por sua vez, o mercado de viaturas ligeiras de passageiros, que em 2007 já tinha apresentado um aumento de 4,3%, continua a recuperar, e apresenta um crescimento de 5,73% face ao período homólogo.

Vendas Totais de Veículos Automóveis



Inclui: Lig. Passageiros, Todo-o-Terreno, Monovolumes com +de 2300Kg, Com. Ligeiros e Com. Pesados

Fonte: <http://www.autoinforma.pt/>

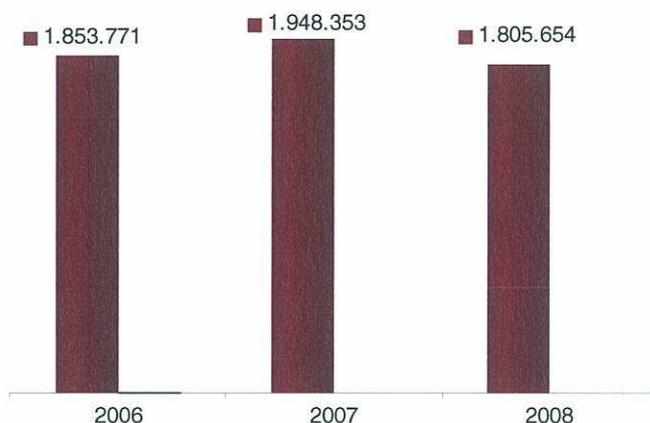
João Pereira

O gráfico anterior permite aferir que, após 2003, as vendas de viaturas novas tem revelado uma estabilidade, sem oscilações relevantes.

Crédito ao Consumo Automóvel

O mercado de financiamento de viaturas usadas teve, em 2008, um decréscimo de 7,32%, apresentando inclusivamente valores abaixo de 2006. Também a rentabilidade esperada neste produto ficou abaixo das expectativas, pois num mercado que funciona, em larga medida, com taxas fixas, as Instituições não conseguiram incorporar no preço ao cliente final as subidas da Taxa de Referência (Euribor) verificadas ao longo do ano.

Total de veículos automóveis financiados em Crédito ao Consumo



Fonte: ASFAC

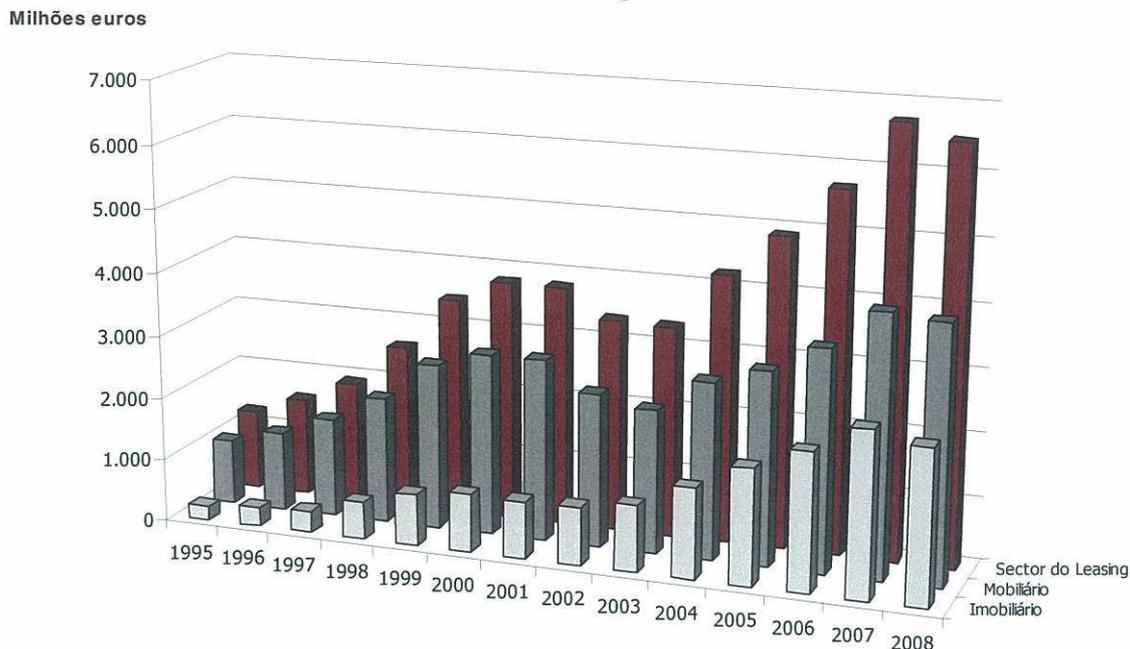
Nota: Valores em milhares de euros

Locação

O sector de locação financeira teve um recuo de 3,51% face a 2007, o que representa em termos absolutos uma diminuição de cerca de 236 milhões de euros, sendo que a queda mais acentuada sentiu-se no sector da locação financeira imobiliária.

Ainda assim a produção obtida ultrapassou a verificada em 2006.

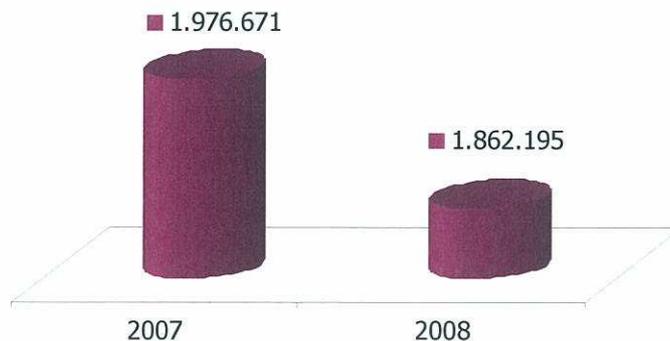
Evolução da Participação do Leasing no Financiamento em Portugal



Locação Automóvel

No subsector de Locação Financeira Mobiliária de Veículos (Ligeiros e Pesados), verificamos igualmente um abrandamento de produção no exercício de 2008, na ordem dos 5,79 %, pese embora, o peso relativo deste subsector na Locação Financeira Mobiliária tenha subido dos 49% em 2007 para os 53,56% em 2008.

Total de Viaturas financiadas em Locação Mobiliária



Fonte: ALF

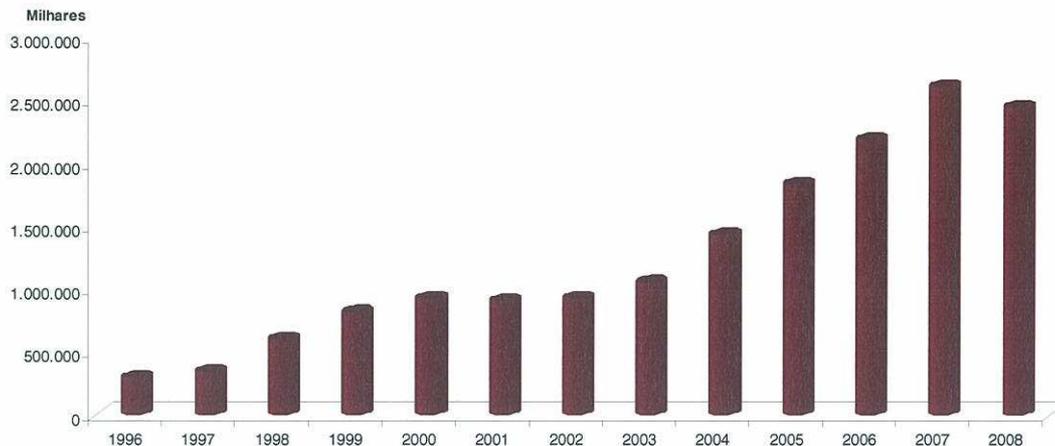
Nota: Valores em milhares de euros

Handwritten signature and initials

Locação Imobiliária

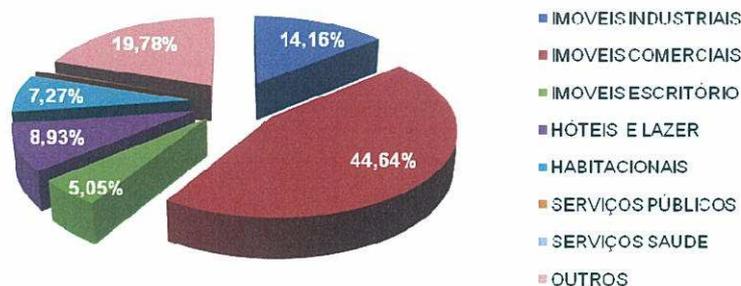
As condicionantes que o sector imobiliário tem vindo a sentir, quer na componente de aquisição, quer na de construção, foram notórias em 2008.

Evolução do mercado de Locação Imobiliário em Portugal



No enquadramento acima referido, o sector específico de Locação Financeira Imobiliária conheceu uma redução na ordem dos 6,43% face ao período homólogo, tendo atingido um total de crédito concedido de 2,44 mil M€, ainda assim acima dos valores apresentados em 2006.

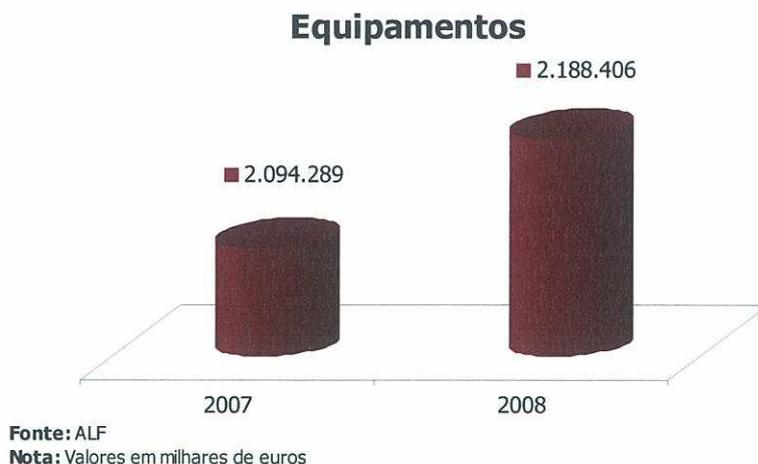
Distribuição da Produção Imobiliária por Tipo de Imóvel Financiado em 2008



Locação de Equipamentos

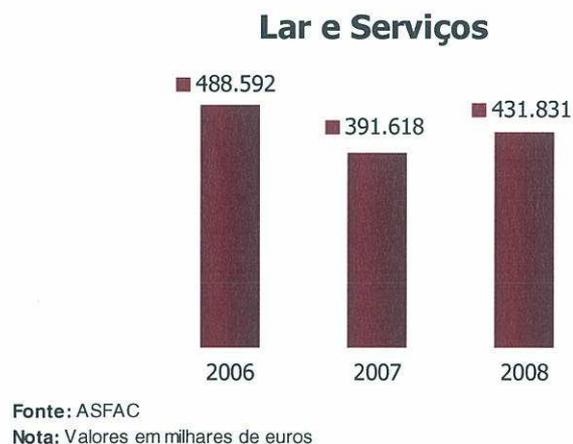
Em contra ciclo com o abrandamento da produção de Locação Financeira Imobiliária, o subsector de Locação Financeira Imobiliária de Equipamentos atingiu níveis de crescimento na ordem dos 4,49 %.

Neste subsector destaca-se claramente a Locação Financeira de Máquinas e Equipamentos Industriais, com um peso significativo nos valores de produção anual.



Crédito Lar

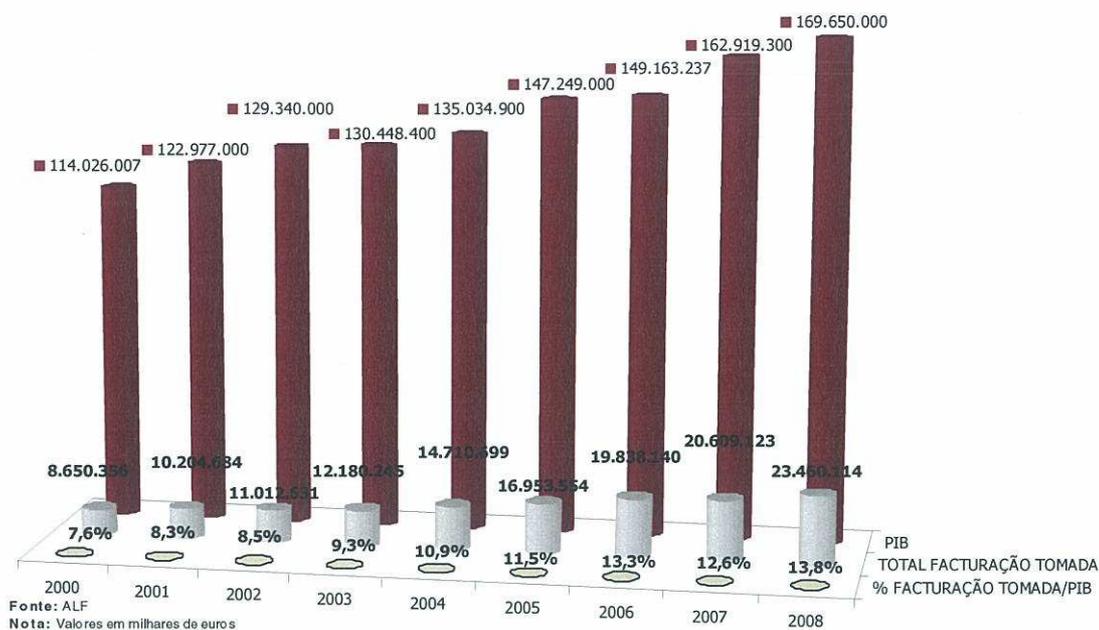
Este mercado, contrariando o que se tinha verificado em 2007, cresceu 10,27 %, não obstante se ter verificado a transferência do crédito ao consumo para os cartões e para o crédito pessoal.



Factoring

A actividade de Factoring em Portugal, no exercício de 2008, ficou marcada pela manutenção da tendência de crescimento sustentado que se tem verificado na última década. Nesse ano, registou-se um aumento no ritmo de crescimento, alcançando-se cerca de 14% de evolução, face ao período homólogo, em contraste com os 4% verificados em 2007.

Evolução da Produção do Factoring em % do PIB



Ao nível da carteira de crédito verificou-se um crescimento significativo (30%), atingindo-se os 7,8 mil M€.

Actividade Desenvolvida

Financiamento Automóvel:

Em 2008, o financiamento automóvel continuou a ser um dos principais alicerces da actividade da BPN Crédito, tendo sido efectuados 14.468 contratos, num valor de produção de aproximadamente 175 M€. Tal registo representou um abrandamento na ordem dos 14,70% em relação ao ano anterior.

Distribuição do financiamento automóvel por produto

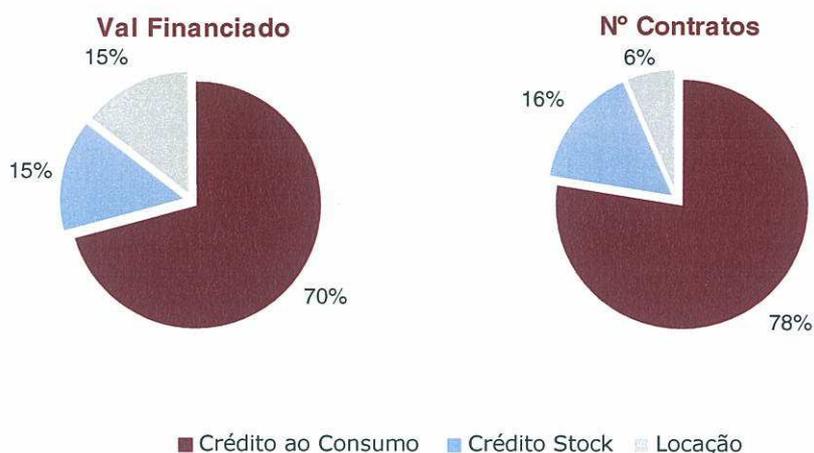
Apesar da queda de 5,88% verificada no Crédito ao Consumo, este produto consolidou a sua relevância dentro da actividade da BPN Crédito, sendo agora responsável por 70% do financiamento automóvel efectuado.

Handwritten signature and initials in blue ink.

A dinamização do Crédito Stock, funcionando como um apoio essencial ao crescimento do crédito ao consumo, veio reforçar o seu posicionamento no contexto do crédito automóvel, equivalendo a 15% do total da produção auto.

A Locação Auto, reduziu o seu peso na relação do financiamento automóvel na BPN Crédito, representando agora cerca de 15% do negócio automóvel. Tal está, normalmente, relacionado com a variação de produção global do Canal Banco.

Distribuição do financiamento automóvel por produto



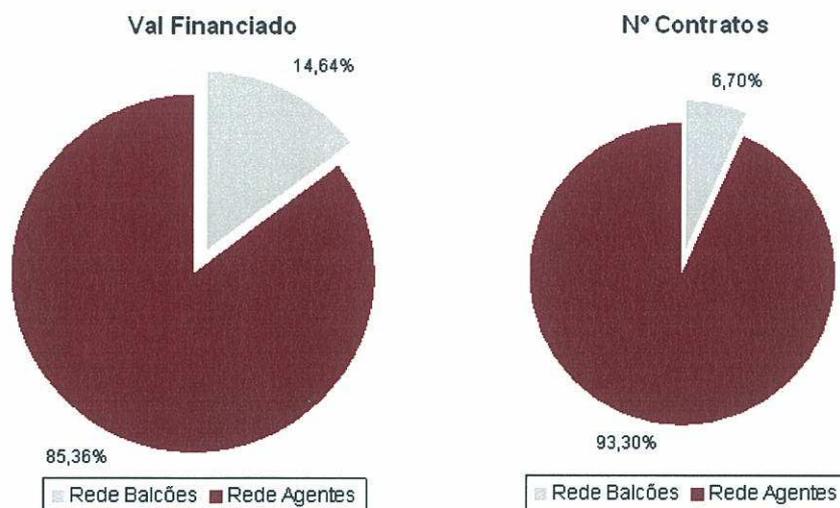
Distribuição do financiamento automóvel por redes de negócio:

A angariação do negócio auto teve por base a Rede Pontos de Venda Externos onde tem, a sua maior expressão, tendo aumentado o seu peso para 85,3%, dos quais cerca de 99% é efectuado em crédito ao consumo.

A rede banco, representando 14,64% do negócio auto, com a locação a representar cerca de 86%. É de notar que o peso do negócio em crédito ao consumo aumentou 3% face ao ano anterior, demonstrando um claro potencial de crescimento.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Distribuição do financiamento automóvel por redes de negócio



Procura / Produção

A análise à taxa de aceitação da procura Total de financiamento automóvel – que registou um valor de 40% em contraste com os 47.8% de 2007 e os 54.6% de 2006 – reflecte o rigor que a BPN Crédito coloca no controlo e monitorização do risco da sua carteira.

	<i>m€</i>
Produção / Procura	2008
Procura Total Auto	374.941
Valor Financiado Auto	150.050
Taxa de Aceitação	40,02%

Leasing Imobiliário:

Não obstante o abrandamento em termos de valor financiado, a locação Imobiliária continua a ser estratégica para a BPN Crédito, quer pelo activo inerente ao financiamento, quer pela sustentabilidade do crédito alocado.

O seu peso no volume total de negócios da Empresa decresceu 12% face a 2007, representando um valor de 36.682 milhares de euros.

	m€		
Leasing Imobiliário	2007	2008	Var
Nº de Contratos	126	110	-12,70%
Valor Financiado	41.597	36.682	-11,82%

Leasing de Equipamentos:

Esta actividade na BPN Crédito, é desenvolvida quase em exclusivo pela Rede Banco junto das Agências e Gabinetes de Empresas do BPN, tendo se verificado uma quebra de produção na ordem dos 25 % face ao ano anterior.

	m€		
Leasing de equipamentos (Sem efeito Netpay)	2007	2008	Var
Nº de Contratos	645	505	-21,71%
Valor Financiado	48.173	35.935	-25,40%

No quadro acima foi excluído o produto Netpay (Leasing), atendendo à sua especificidade enquanto produto, nomeadamente pelo volume de contratos efectuados em 2007.

Crédito Lar:

Como referido anteriormente, em 2008 a Unidade Comercial Lar foi integrada nas demais Unidades Comerciais. O ano de 2008 terminou com uma produção de 6.113 milhares de euros.

Factoring:

No ano de 2008 a facturação tomada decresceu 39,6% tendo em conta o reposicionamento estratégico deste produto ao nível de "target" de operações que se pretende alcançar.

Este decréscimo sentiu-se sobretudo no segundo semestre de 2008, altura em que se começou a notar uma diminuição muito significativa no número de operações apresentadas.

Esquemáticamente e de uma forma muito sucinta a evolução da actividade desenvolveu-se, pelos motivos acima referidos, da seguinte forma:

	m€		
	2007	2008	VAR
Facturação Tomada	500 000	302 000	-39,60%
Proveitos (Juros + Comissões)	8 000	7 956	-0,55%
Conta Corrente	153 000	91 600	-40,13%

Nesse sentido, perspectivamos para 2009, um crescimento de 10% ao nível da facturação tomada, face á necessária ponderação que a rentabilidade dos contratos nos merece.

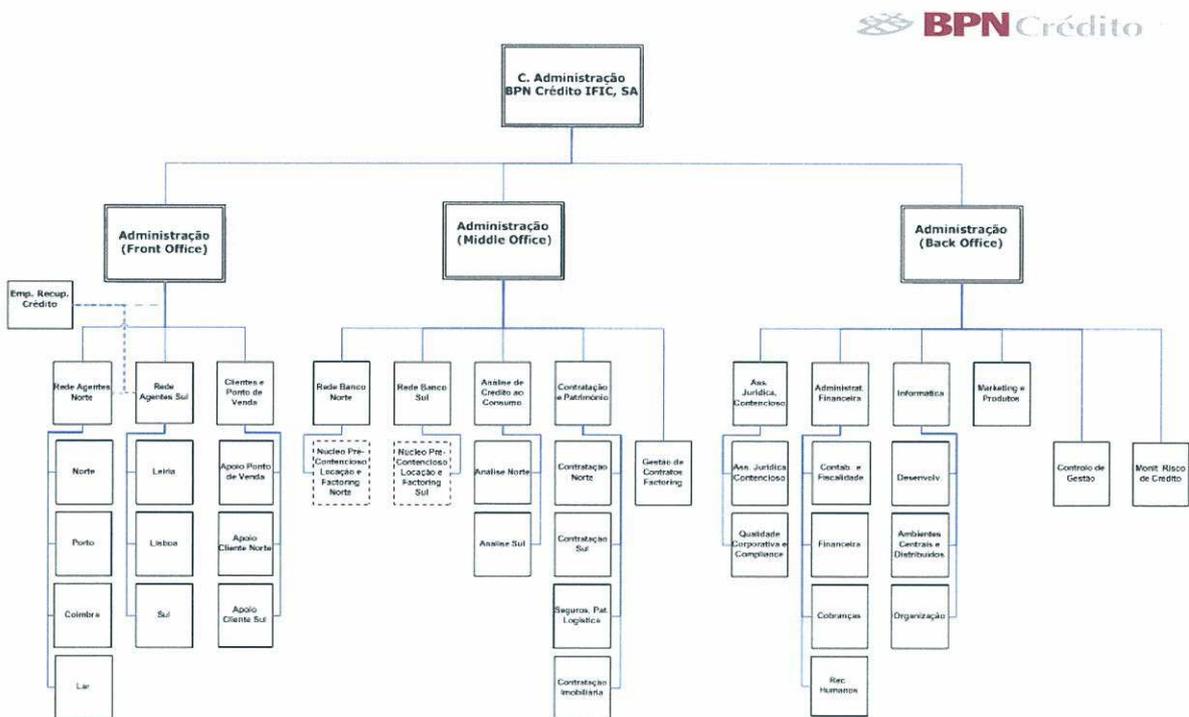
Em termos de posicionamento sectorial constata-se que a BPN Crédito alcançou uma quota de mercado de 1,3 % em termos de créditos tomados, alcançando 2,65% quando relativa ao total de proveitos.

Esta previsto para 2009 o lançamento da solução de "GPF – Gestão de Pagamentos a Fornecedores" que, por certo, impulsionará a quota de mercado da empresa no Sector de Factoring.

Organização Interna e Recursos Humanos

A estrutura organizacional da BPN Crédito sofreu algumas alterações em 2008, nomeadamente, ao nível da composição dos pelouros atribuídos aos membros da Comissão Executiva.

Apresentamos no esquema seguinte a estrutura organizacional, necessariamente resumida, da BPN Crédito:



Luís F. Lopes

Em termos globais, a 31 de Dezembro de 2008, o número de colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, era de 174.

O Conselho de Administração mantém a constante valorização dos recursos humanos, que representam a sua mais valia, contribuindo para uma performance cada vez mais positiva e competitiva, no nosso mercado alvo.

Ao longo do exercício de 2008, desenvolveram-se diversas acções de formação tanto na área comportamental como na área técnica. Na área comportamental destacam-se formações nas áreas de Liderança e Motivação das Equipas, Gestão do Tempo, Trabalho em Equipa e Serviço de Atendimento ao Cliente.

Análise Financeira

Mapa de Resultados

	<i>m€</i>		
	2008	2007 <i>Proforma</i>	VAR
Juros e Rendimentos Similares	61 881	49 262	
Juros e Encargos Similares	43 726	32 846	
Margem Financeira	18 155	16 436	10,5%
Resultados de Serviços e Comissões	(27)	2 179	
Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor através de Resultados	(411)	0	
Resultados de Reavaliação Cambial	7	(14)	
Resultados de Alienação de Outros Activos	736	985	
Outros Resultados de Exploração	21 894	16 449	
Produto Bancário	40 353	36 035	12,0%
Custos com Pessoal	6 558	6 925	
Gastos Gerais Administrativos	8 620	9 559	
Amortizações	9 813	4 701	
Provisões (liq)	2 359	9 749	
Correcções de Valor Associadas ao Crédito a Clientes (liq)	7 989	3 888	
Imparidade de Outros Activos (liq)	2 736	289	
Resultado Antes de Impostos	2 278	924	146,7%
Impostos	516	2 162	
Resultado Líquido	1 761	(1 238)	

O Resultado Líquido da Sociedade apresenta-se positivo, unicamente pelo facto dos reforços das provisões e imparidades, definidos em conjunto com os nossos Revisores Oficiais de Contas (Deloitte), e essencialmente relacionados com as empresas do Grupo SLN, terem sido relevados em capitais próprios.

Destaca-se, igualmente, a evolução das rubricas de Custos com Pessoal e Gastos Gerais Administrativos que registaram importantes diminuições, traduzindo em valor a aposta que a empresa tem vindo a fazer no controlo dos custos.



Balço

<i>m€</i>			
	2008	2007 <i>Proforma</i>	VAR
Activo			
Caixa	6	5	15,3%
Disponibilidades em Outras IC's	2 897	4 952	-41,5%
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	57 062	0	-
Aplicações em IC's	186	186	0,0%
Crédito a Clientes	703 382	691 167	1,8%
Activos Não Correntes Detidos para Venda	8 512	10 037	-15,2%
Outros Activos Tangíveis	44 847	42 829	4,7%
Activos Intangíveis	16	88	-81,3%
Investimentos em Associadas	17	17	0,0%
Activos por Impostos Correntes	1 307	743	75,9%
Activos por Impostos Diferidos	3 918	3 763	4,1%
Outros Activos	10 170	10 709	-5,0%
Total do Activo	832 319	764 497	8,9%
Passivo e Situação Líquida			
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	411	0	-
Recursos de Outras IC's	572 436	693 811	-17,5%
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	197 217	0	-
Provisões	9 481	8 844	7,2%
Passivos por Impostos Correntes	987	2 596	-62,0%
Outros Passivos	24 493	29 214	-16,2%
Capitais Próprios e Resultados	27 294	30 033	-9,1%
Total do Passivo e Situação Líquida	832 319	764 497	8,9%

O Activo Líquido da Sociedade apresentou um crescimento na ordem dos 9% um nível de crescimento abaixo do verificado nos exercícios anteriores, devido essencialmente à diminuição do valor líquido da rubrica de Crédito a Clientes. Esta diminuição também advém do significativo reforço das provisões / imparidades de crédito constituídas no exercício.

Ao nível das rubricas de Passivo destaca-se a diminuição dos Recursos de Outras instituições de Crédito, na sequência da obtenção de fundos concretizada através da conclusão, em Dezembro de 2008, da montagem da operação de securitização Chaves Funding nº 5, abrangendo uma carteira de contratos no valor global de 202.000 m€. Esta operação permitiu à empresa obter liquidez adicional num montante de 144.922 m€, inteiramente canalizados para a amortização dos Recursos de OIC's.

Perspectivas Futuras

O ano de 2008 fica indubitavelmente marcado pela nacionalização do Grupo BPN, onde a Empresa se encontra inserida, e pela constatação da posição económica e financeira em que diversas empresas participadas do actual Grupo SLN se encontram

Por essa razão, a Empresa procedeu ao reforço das perdas por imparidade da sua carteira de crédito, em especial a relacionada com empresas do Grupo SLN, o que justifica a redução muito significativa nos capitais próprios da Empresa.

Os resultados da actividade normal (que não os relacionados com as imparidades acima referidas), permitem-nos encarar o futuro com optimismo.

Para tal, contamos com profissionalismo e capacidade de trabalho dos nossos Colaboradores, para correspondermos aos elevados padrões em termos de Exigência, Rigor, Eficiência e Transparência, que resultam da actual inclusão da Empresa no Sector Empresarial do Estado.

Considerações Finais

De acordo com o previsto no Artigo 66º, n.º 5, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2007, a Sociedade não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em carteira no final do ano de 2008.

Também se informa, de acordo com estipulado na alínea e) do n.º 5 do Artigo 66º e do Artigo 397º do mesmo Código, que, no decurso do exercício de 2008, não foi concedida qualquer autorização aos membros do Conselho de Administração nem se verificou directamente qualquer negócio com a Sociedade.

Conclusões

Concluído o exercício de 2008, o Conselho de Administração deseja manifestar o seu profundo agradecimento, às entidades e pessoas, que, das formas mais diversas, contribuíram para o sucesso registado ao longo do exercício:

Aos Colaboradores, pela disponibilidade, dedicação e elevado profissionalismo demonstrado;

Aos Clientes, pela preferência com que nos distinguiram;

Às Instituições de Crédito, em especial ao BPN, pelo apoio demonstrado;

Ao Accionista Único, pela confiança depositada;

À Mesa da Assembleia Geral, pelo enriquecedor diálogo verificado;

Ao Fiscal Único, pelo acompanhamento e saudável sentido de exigência que sempre manifestou;

Aos Senhores Auditores, pelo apoio prestado à Gestão.



Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do n.º 1 do artigo 97º do Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), propõe-se a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 1.761.432,19 €:

- Reservas Legais: 176.143,22 €
- Resultados Transitados: 1.585.288,97 €

Lisboa, 30 de Junho de 2009.

O Conselho de Administração


Luís Manuel de Aguiar





Demonstrações Financeiras

Balança

<i>m€</i>					
Balança em 31 de Dezembro de 2008	Notas	2008		2007	
		Valor Bruto	Amort. / Prov.	Valor Líquido	Valor Líquido Proforma
Activo					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	5	6	0	6	5
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	6	2 897	0	2 897	4 952
Activos Financeiros Detidos para Negociação		0	0	0	0
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados		0	0	0	0
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7	57 078	16	57 062	0
Aplicações em Instituições de Crédito	8	186	0	186	186
Crédito a Clientes	9	776 751	73 369	703 382	691 167
Investimentos Detidos até à Maturidade		0	0	0	0
Activos Com Acordo de Recompra		0	0	0	0
Derivados de Cobertura		0	0	0	0
Activos Não Correntes Detidos para Venda	10	10 248	1 736	8 512	10 037
Propriedades de Investimento		0	0	0	0
Outros activos Tangíveis	11	59 336	14 489	44 847	42 829
Activos Intangíveis	12	1 283	1 267	16	88
Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	13	17	0	17	17
Activos por Impostos Correntes	14	1 307	0	1 307	743
Activos por Impostos Diferidos	14	3 918	0	3 918	3 763
Outros Activos	15	10 170	0	10 170	10 709
Total do Activo		923 197	90 877	832 319	764 497
Passivo e Capitais Próprios					
Recursos de Bancos Centrais				0	0
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	16			411	0
Outros Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados				0	0
Recursos de Outras Instituições de Crédito	17			572 436	693 811
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos				0	0
Responsabilidades Representadas por Títulos				0	0
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	18			197 217	0
Derivados de Cobertura				0	0
Passivos Não Correntes Detidos para Venda				0	0
Provisões	19			9 481	8 844
Passivos por Impostos Correntes	14			987	2 596
Passivos por Impostos Diferidos				0	0
Instrumentos Representativos de Capital				0	0
Outros Passivos Subordinados				0	0
Outros Passivos	20			24 493	29 214
Capital	21			63 518	63 518
Prémios de Emissão				0	0
Outros Instrumentos de capital				0	0
Acções Próprias				0	0
Reservas de Reavaliação				0	0
Outras Reservas e Resultados Transitados	22			(37 985)	(32 247)
Resultado do Exercício	22			1 761	(1 238)
Dividendos Antecipados				0	0
Total do Passivo e dos Capitais Próprios				832 319	764 497

49
 José Pereira


	<i>m€</i>	
Rubricas Extrapatrimoniais	2008	2007 <i>Proforma</i>
Garantias Prestadas e Outros Passivos		
Garantias Reais	660	0
Garantias Recebidas		
Garantias Reais	472 566	427 391
Compromissos Perante Terceiros		
Compromissos Irrevogáveis	0	0
Compromissos Revogáveis	129 175	172 019
Compromissos Assumidos por Terceiros		
Compromissos Irrevogáveis - Factoring	200	53 309
Responsabilidades por Prestação de Serviços		
Cobrança de Valores	161	105
Activos Cedidos em Operações de Titularização	64 866	127 576
Outras Contas Extrapatrimoniais		
Créditos Abatidos ao Activo	84 008	83 209
Juros Vencidos	21 446	21 234
Contratos com Recurso - Facturas Não Financiadas	26 183	50 604
Rendas e Valores Residuais de Contratos de Locação Financeira	437 454	413 193

Demonstração de Resultados

	<i>m€</i>		
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2008	Notas	2008	2007 <i>Proforma</i>
Juros e Rendimentos Similares	23	61 881	49 282
Juros e Encargos Similares	23	43 726	32 846
Margem Financeira		18 155	16 436
Rendimentos de Instrumentos Financeiros		0	0
Rendimentos de Serviços e Comissões	24	409	2 626
Encargos com Serviços e Comissões	24	435	448
Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor através de Resultados	25	(411)	0
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		0	0
Resultados de Reavaliação Cambial	26	7	(14)
Resultados de alienação de Outros Activos	27	736	985
Outros Resultados de Exploração	27	21 894	16 449
Produto Bancário		40 353	36 035
Custos com Pessoal	28	6 558	6 925
Gastos Gerais Administrativos	29	8 620	9 559
Amortizações do Exercício	11/12	9 813	4 701
Provisões Liquidas de Reposições e Anulações	19	2 359	9 749
Correcções de Valor Associadas ao Crédito a Clientes e Valores a Receber de Outros Devedores	19	7 989	3 888
Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquida de Reversões e Recuperações		0	0
Imparidade de Outros Activos Liquida de Reversões e Recuperações	19	2 736	289
Resultados antes de Impostos		2 278	924
Impostos Correntes	30	1 094	2 969
Impostos Diferidos	30	(578)	(807)
Resultado Líquido		1 761	(1 238)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	<i>m€</i>	
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2008	2008	2007 <i>Proforma</i>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros e Comissões Recebidas	62 290	51 908
Pagamento de Juros e Comissões	(44 161)	(33 294)
Pagamentos ao Pessoal e Fornecedores	(15 178)	(16 485)
Resultados Cambiais e Outros Resultados Operacionais	22 637	16 312
Resultados Operacionais Antes das Alterações nos Activos e Passivos Operacionais	25 587	18 442
(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais		
Activos Financeiros Detidos para Negociação	823	0
Créditos a Clientes	(23 473)	(113 896)
Activos ao Justo Valor por Resultados	(411)	0
Derivados de Cobertura	0	0
Activos Não Correntes Detidos para Venda	1 352	(975)
Outros Activos	(7 763)	(3 086)
Fluxo dos Activos Operacionais	(29 472)	(117 958)
Aumentos (Diminuições) de Passivos Operacionais		
Recursos de Instituições de Crédito	(121 375)	144 699
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	(411)	0
Outros Passivos	199 797	1 046
Fluxo dos Passivos Operacionais	78 011	145 746
Caixa Líquida das Actividades Operacionais Antes dos Impostos Sobre o Rendimento	74 126	46 230
Impostos Pagos	(2 843)	(1 390)
Caixa Líquida das Actividades Operacionais	71 282	44 841
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Activos Disponíveis para Venda	(57 078)	0
Aquisições de Activos Tangíveis e Intangíveis	(11 759)	(41 674)
Caixa Líquida das Actividades de Investimento	(68 837)	(41 674)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(4 500)	(15 000)
Caixa Líquida das Actividades de Financiamento	(4 500)	(15 000)
Aumento (Diminuição) Líquida de Caixa e seus Equivalentes	(2 054)	(11 834)
Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	4 957	16 790
Caixa e Equivalentes no Fim do Exercício	2 903	4 957

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Reconciliação dos Capitais Próprios	Capital	Prémios de Emissão	Outros Inst. de Capital	Acções Próprias	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal e Outras Reserv.	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Dividendos Minoritários	Interesses Minoritários	Capitais Próprios
Saldo em 31 de Dezembro 2006	63 518					10 980		10 220			84 718
Dividendos						(6 676)			(8 324)		(15 000)
Aplicação de resultados						1 895		(10 220)	8 324		(0)
Correc. Políticas Contabilísticas							(38 447)	(6 554)			(45 001)
Resultado Líquido do Exercício								5 316			5 316
Saldo em 31 de Dezembro 2007 (<i>Proforma</i>)	63 518	0	0	0	0	6 200	(38 447)	(1 238)	0	0	30 033
Aplicação de resultados						816		(5 316)	4 500		0
Resultado do exercício								1 761			1 761
Dividendos									(4 500)		(4 500)
Correc. Políticas Contabilísticas							(6 554)	6 554			0
Saldo em 31 de Dezembro 2008	63 518	0	0	0	0	7 016	(45 001)	1 761	0	0	27 294



Nota 1 –Nota introdutória

A BPN Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., adiante designada por **BPN Crédito** ou **Sociedade**, tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos. A Sociedade foi constituída em 28 de Novembro de 2003, por fusão por incorporação da BPN Créditos – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A., da BPN Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A. e da NEOFATORS BPN – Sociedade de Cessão Financeira, S.A., na BPN Carfin Rent – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 97º do Código das Sociedades Comerciais.

A Sociedade é detida integralmente pelo BPN - Participações Financeiras, SGPS, Limitada, sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do seu accionista único.

Em Novembro de 2008, o Estado Português, procedeu à nacionalização do Grupo BPN.

Nota 2 – Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2. 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da BPN Crédito foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso N.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e na Instrução N.º 9/2005, de 11 de Março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo N.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, transposto para o Ordenamento Nacional pelo Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

- i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido e de valores a receber de outros devedores, relativamente ao qual se mantém o anterior regime. De acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal N.º 3/2005, de 21 de Fevereiro - os créditos são registados pelo valor nominal e as provisões para crédito concedido são registadas de acordo com as regras consagradas nos Avisos do Banco de Portugal (Nota 2.3.).
- ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

2. 2. Comparabilidade da informação

Tendo as demonstrações do exercício em análise e do ano transacto sido preparadas de acordo com as NCA determinadas pelo Banco de Portugal, existe comparabilidade entre os dois exercícios.

Durante o segundo semestre de 2008 foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido, originadas em exercícios anteriores. De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, a Sociedade efectuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007, conforme permitido pelo IAS 8. Os impactos e as divulgações decorrentes desta alteração estão descritos na Nota 4.

2. 3. Principais políticas contabilísticas

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis da Sociedade encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os encargos subsequentes com os activos tangíveis, são reconhecidos no activo, apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estão incluídos nesta rubrica, os veículos e equipamentos em regime de locação operacional que são amortizados de acordo com o prazo e valor residual médios dos contratos realizados (aproximadamente 5 anos).

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior entre, o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente em 3 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos, são reconhecidos como custos quando incorridos.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto vigente.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Sociedade não reconheceu os impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras, relativos ao reforço das provisões para crédito concedido que foi registado na reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007 (Ver Notas 4 e 14), na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Crédito titularizado não desreconhecido

A Sociedade não desreconhece do activo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e,
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Nas situações em que as condições anteriormente mencionadas não se verificam, a Sociedade desreconhece do activo os créditos vendidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica crédito a Clientes - "Activos titularizados não desreconhecidos" e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o prazo da operação de crédito.

Os fundos recebidos pela operação de titularização são registados, na rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos.

Os juros e comissões associados a este passivo são periodificados pela parte que representa o risco e/ou benefícios retidos, com base na remuneração cedida pela Sociedade e de acordo com o período correspondente à vida média esperada da operação de titularização à data do seu lançamento.

A manutenção de risco e/ou benefícios é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no activo e no passivo representa sempre a proporção do risco/benefício detido pela Sociedade (envolvimento continuado), cujas obrigações estão reflectidas na carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Reconhecimento das locações

A Sociedade realiza operações de locação financeira de veículos, equipamentos e imóveis e ainda operações de locação operacional de veículos. As operações são classificadas como de locação financeira ou locação operacional, atendendo aos critérios previstos na Norma IAS 17 - Locações, sendo registadas da seguinte forma:

Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Juros e rendimentos similares".

Locação operacional

O imobilizado de exploração afecto a operações de aluguer operacional de veículos é registado de acordo com o método operativo, segundo o qual o imobilizado é registado ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas. Assim, são consideradas como custo as amortizações do exercício do imobilizado afecto a operações de aluguer e como proveito as rendas que se vencem durante o exercício, as quais são registadas na rubrica "Rendimentos e receitas operacionais" (Nota 27).

Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando a Sociedade transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Provisionamento

O regime de provisionamento mínimo do crédito concedido corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
 - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
 - seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;



- doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
-
- vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo da imparidade e provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica "Provisões líquidas de reposições e anulações", da demonstração de resultados.



Provisionamento acima dos limites mínimos

Para fazer face a potenciais problemas na recuperabilidade de créditos para os quais existem indícios de imparidade, em 31 de Dezembro de 2008, as provisões registadas acima dos mínimos exigidos pelo normativo do Banco de Portugal ascendem a 46.625 m€, as quais foram apuradas da seguinte forma:

- Análise individual de todos os clientes com responsabilidades superiores a 300 m€ (à excepção da carteira de factoring, para a qual se efectua uma análise individual para a totalidade da carteira)
- Para o universo de clientes com responsabilidades inferiores a 300 m€, análise colectiva baseada num modelo que, através de um agrupamento dos contratos, não incluídos na análise individual, em função da sua classe de vencido e de possuírem, ou não, colaterais associados, pretende apurar a perda colectiva a que ficam sujeitos.

Outros activos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

Activos não correntes detidos para venda

A Sociedade regista na rubrica "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10) os imóveis, equipamentos e viaturas recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da recuperação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Pela venda dos bens recuperados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados na rubrica "Resultados na alienação de outros activos" (Nota 27).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo valor nominal, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa.

Os passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 25).

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui os fundos recebidos no âmbito da operação de titularização de crédito concedido.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

Derivados

A Sociedade realiza operações com produtos derivados, com o objectivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados", com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros detidos para negociação", respectivamente.

Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais e associadas.

Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas, que se encontram descritas na Nota 19.

Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Sociedade incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo. Os activos associados a estes benefícios, nomeadamente o Fundo de Pensões, são geridos em conjunto com as restantes empresas do Grupo BPN.



Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

A Sociedade estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 35. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da Sociedade está a cargo do Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo da Sociedade, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 35). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano. Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de, aproximadamente, 28 anos, até à reforma dos empregados activos.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

A Sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa efectiva em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

2. 4. Adopção das Normas IASB e IFRIC

Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia.

Em 2007, foi endossado pela União Europeia, o IFRS 8 – “Operating Segments”, o qual é efectivo para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda endossadas pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações:

	Data de Eficácia
<u>Com aplicação obrigatória no exercício de 2008</u>	
IAS 39/IFRS 7 – Reclassificação de activos financeiros (Alterações)	01-07-08
IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes	01-07-08
IFRIC 14 – IAS 19 O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção	01-01-08
<u>Com aplicação obrigatória após 2008</u>	
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-01-09
IFRS 2 – Pagamentos baseados em acções (Alterações)	01-01-09
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras (Revista)	01-01-09
IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (Alterações)	01-01-09
IAS 32/IAS 1 – Instrumentos Financeiros com uma Opção Put e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação (Alterações)	01-01-09
Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007)	01-01-09
IFRS 1/IAS 27 – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada	01-01-09

Tal como descrito acima, em 2008 foram introduzidas alterações nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, que foram endossadas pela União Europeia, nomeadamente nos critérios de reclassificação de instrumentos financeiros. Desta forma, o IAS 39 vem permitir a possibilidade da entidade poder reclassificar:

- Em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da "Fair Value Option") da categoria ao justo valor através de resultados para as restantes categorias; e
- Da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito e outros valores a receber de activos financeiros que cumprissem com a definição de crédito ou outros valores a receber, desde que a entidade tenha a intenção e capacidade de o deter no futuro próximo ou até à maturidade.

Para reclassificações ocorridas até 1 de Novembro de 2008, o efeito destas alterações tinha por referência 1 de Julho de 2008. Quaisquer reclassificações verificadas em ou após 1 de Novembro de 2008 teriam impacto apenas a partir da data da reclassificação.

A entrada em vigor da IFRIC 14 e IFRIC 13, em 2008, não teve impactos significativos nas presentes demonstrações financeiras.

As normas de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, não foram adoptadas antecipadamente pela Sociedade no exercício de 2008. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras, decorrentes da adopção dessas normas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram já emitidas a esta data, embora não se encontrem ainda endossadas pela União Europeia:

	Data de Eficácia
Alteração ao IFRS 3 – Concentrações empresariais	01-07-09
Alteração ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez dos IFRS	01-07-09
IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Itens elegíveis de cobertura (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Reclassificações de activos financeiros (Alterações)	01-07-09
IFRS 7 – Incrementos qualitativos às divulgações relativas aos Instrumentos Financeiros (Alterações)	01-01-09
IFRIC 12 – Contratos relativos a serviços de concessão	01-01-09
IFRIC 15 – Contratos relativos a construção imobiliária	01-01-09
IFRIC 16 – Cobertura de investimento líquido em operações com o exterior	01-10-08
IFRIC 17 – Distribuição aos accionistas de activos não monetários	01-07-09
IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes	01-07-09

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras da Sociedade, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

Nota 3 – Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Estimativas utilizadas no âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007

A Sociedade utilizou um conjunto de estimativas na reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, as quais são descritas em maior detalhe na Nota 4. As estimativas mais relevantes dizem respeito às imparidades e provisões para crédito.

Determinação das imparidades e provisões para crédito

A determinação da provisão para créditos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Sociedade com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.3. acima, as responsabilidades da Sociedade por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.



Impostos diferidos activos

Os impostos diferidos activos são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade tem registado impostos diferidos activos referentes essencialmente a provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais e aos impactos decorrentes da adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas (ver Nota 14). Contudo, em 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade não reconheceu impostos diferidos activos no montante de aproximadamente 12.640 m€, relativos ao reforço efectuado na imparidade do crédito concedido (12.356 m€) e da reexpressão da mais-valia Chaves Funding nº 4 (284 m€) (ver Nota 4).

Nota 4 – Reexpressão das Demonstrações Financeiras relativas a 2007

Ao abrigo do "IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros", a Sociedade reexpressou as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 com vista a corrigir os erros materiais que as mesmas continham.

A reexpressão das demonstrações financeiras relativas a 2007 implicou um impacto negativo nos capitais próprios com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007 de 38.447 m€ e 45.002 m€, respectivamente, de acordo com o detalhe apresentado abaixo:

Impacto da Reexpressão das Demonstrações Financeiras	31.12.07		31.12.06
	Resultado do Exercício	Capital Próprio	Capital Próprio
Saldos de acordo com as contas estatutárias	5 316	75 035	84 718
Imparidades de Crédito	(7 663)	(42 359)	(34 696)
Mais-Valia Chaves Funding nº 4	1 109	(2 643)	(3 751)
Impacto total da reexpressão das demonstrações financeiras	(6 554)	(45 002)	(38 447)
Saldos após a reexpressão das demonstrações financeiras	(1 238)	30 033	46 271

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica de Imparidade de Crédito, constitui o montante que a Sociedade considerou relevar como potencial perda dos créditos concedidos a clientes e outros devedores. Por simplificação, optou-se por aplicar as mesmas taxas de perdas por imparidade identificadas em Dezembro de 2008, ao saldo de crédito dessas sociedades às datas de 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, permitindo assim a correcta especialização dos exercícios.

A rubrica "Mais-Valia Chaves Funding nº 4" corresponde ao montante da mais-valia obtido na alienação da *Equity Piece* (tranche mais subordinada) da operação de securitização efectuada em 2005 e designada por "Chaves 4", que será imputado a proveitos ao longo do prazo residual da operação. O montante da reexpressão foi apurado com base no padrão de reconhecimento dos proveitos e dos custos, gerados ou que se estimam vir a ser gerados pela operação Chaves 4, desde o momento da alienação da *Equity Piece* até à sua maturidade. A Sociedade tinha, no exercício de 2005, optado por uma especialização linear da mais-valia até ao final do período de Revolving (Abril 2007).

Nota 5 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica é composta essencialmente pelo saldo de caixa.

Nota 6 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	m€	
	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Disponibilidades em Outras IC's		
Disponibilidades em IC's no país		
Depósitos à ordem	2 896	4 951
Rendimentos a Receber		
Juros a receber	1	1
	2 897	4 952

cl
Yocco fei/2008
P

Nota 7 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Activos financeiros disponíveis para venda	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Instrumentos de dívida		
Títulos não cotados		
De outros emissores nacionais:		
Operações de titularização	57.078	0
Imparidade (Nota 19)	(16)	0
	57.062	0

No âmbito da contratualização, no mês de Dezembro de 2008, da operação de titularização de créditos Chaves Funding nº 5 (ver Nota 18), a BPN Crédito adquiriu duas tranches da referida titularização. A tranche B no valor de 52.200 m€ e a Tranche C no valor de 4.100 m€. Adicionalmente, nesta rubrica estão contabilizados 778 m€, relativos ao custo da operação. Em 31 de Dezembro de 2008 a Sociedade tinha constituído imparidade para os títulos em questão no valor de 16 m€ (ver Nota 19).

Nota 8 – Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Aplicações em IC's	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Aplicações em IC's no país		
Depósitos	186	186
	186	186

A Sociedade dispõe de um depósito junto de outra instituição de crédito, para cobrir uma necessidade de capitalização do fundo Chaves 4 (ver Nota 22), no montante de 186 m€. A maturidade máxima da aplicação em causa corresponde à data de encerramento da operação Chaves 4, isto é, no ano 2015. Este depósito vence juros trimestrais à taxa Euribor a 90 dias.

UP
Lecio Fontes
P

Nota 9 – Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<i>m€</i>	
Crédito a Clientes	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Crédito não titulado		
Interno		
Empréstimos	410	-
Créditos em conta corrente	-	1.340
Créditos tomados-factoring	67.160	142.576
Locação financeira	276.747	321.567
Outros créditos	171.086	251.612
Juros a receber	2.397	3.262
	<u>517.800</u>	<u>720.357</u>
Ao exterior		
Locação financeira	114	625
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito a clientes		
Crédito interno	196.911	-
Juros a receber	1.035	-
	<u>197.946</u>	<u>-</u>
Crédito e juros vencidos	56.418	32.035
Comissões pagas e associadas ao custo amortizado	4.473	4.134
	<u>60.891</u>	<u>36.169</u>
Total de Crédito antes de Imparidade	<u>776.751</u>	<u>757.151</u>
Imparidade (Nota 19)	(73.369)	(65.984)
	<u>703.382</u>	<u>691.167</u>

O crédito a clientes é constituído por contratos de crédito, principalmente destinados ao financiamento à aquisição de veículos ligeiros de passageiros, contratos de locação financeira mobiliária e imobiliária e contratos de factoring. O crédito vencido refere-se aos valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas.

A diminuição verificada na rubrica "Crédito não titulado – Interno", é justificada pela operação de titularização de créditos Chaves Funding nº 5 realizada em Dezembro de 2009, que implicou a reclassificação da carteira titularizada para a rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos".

AP
Luzio Soares
d

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

O crédito vencido apresentava o seguinte escalonamento por data de atraso:

Escalonamento do Crédito Vencido	m€	
	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Até 3 meses	24.310	7.697
De 3 meses a 1 ano	8.752	3.918
De 1 a 5 anos	18.624	16.804
Mais de 5 anos	4.732	3.616
	56.418	32.035

A imparidade do crédito a clientes (ver Nota 19) corresponde às provisões para crédito vencido, provisões para cobrança duvidosa, provisões económicas para toda a carteira de crédito e provisões para o valor residual dos bens em locação operacional.

Os créditos sobre clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

Escalonamento do Crédito a Clientes	m€	
	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Até 3 meses	81.829	86.871
De 3 meses a 1 ano	132.568	115.727
De 1 a 5 anos	386.623	298.132
Mais de 5 anos	114.497	216.990
Duração indeterminada	61.234	39.431
	776.751	757.151

Em 31 de Dezembro de 2008, a estrutura sectorial da carteira de crédito a clientes era a seguinte:

Crédito por Sectores de Actividade	m€			
	31.12.08		31.12.07 <i>Proforma</i>	
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas	3.616	0,5%	1.814	0,2%
Indústrias Extractivas	13.073	1,7%	16.636	2,2%
Alimentação, Bebidas e Tabacos	10.424	1,3%	5.287	0,7%
Têxteis	11.418	1,5%	7.519	1,0%
Madeira e Cortiça	2.070	0,3%	4.937	0,7%
Papel, Artes Gráficas e Editoras	12.195	1,6%	13.792	1,8%
Químicas e Actividades Conexas	4.390	0,6%	2.785	0,4%
Produtos Minerais não Metálicos	18.802	2,4%	8.026	1,1%
Máquinas, Equipamento e Metalúrgicas de Base	13.650	1,8%	13.945	1,8%
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transformadoras	9.577	1,2%	11.175	1,5%
Electricidade, Água e Gás	2.366	0,3%	7	0,0%
Construção	55.937	7,2%	64.042	8,5%
Actividades Imobiliárias	22.174	2,9%	15.898	2,1%
Comércio a Retalho (excepto de veículos)	27.078	3,5%	37.466	4,9%
Comércio por Grosso e Agentes de Comércio	54.056	7,0%	77.809	10,3%
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos	10.589	1,4%	14.354	1,9%
Restaurantes e Hóteis	17.649	2,3%	17.695	2,3%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	32.786	4,2%	30.631	4,0%
Outras Actividades de Serviços Prestados	34.421	4,4%	42.448	5,6%
Intermediação Financeira	30.243	3,9%	12.048	1,6%
Outros	30.796	4,0%	38.768	5,1%
Particulares	359.441	46,3%	320.069	42,3%
	776.751	100%	757.151	100%

Handwritten signature and initials:
L. P.
L. P. P. P. P. P.
P.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

No quadro acima, está incluída a carteira de crédito afecta à operação Chaves 5. Por outro lado, a carteira de crédito afecta à operação Chaves 4, não está incluída no quadro acima, por ter sido desreconhecida do activo da Sociedade.

Em 31 de Dezembro e 2008, a Sociedade tem sob gestão o montante de 64.866 m€, relativos ao capital vincendo dos contratos securitizados no âmbito da operação Chaves 4. A Operação Chaves Funding nº 4 iniciou-se em Junho de 2004, com a securitização de uma carteira de contratos de crédito ao consumo, leasing e ALD, no montante global de 185.622 m€, com um período de revolving de 3 anos. Os activos subjacentes a esta operação foram desreconhecidos no momento da sua contratação em 2004, e mantiveram-se desreconhecidos mediante os critérios definidos pela IAS 39. Não obstante o desreconhecimento, da carteira titularizada no âmbito desta operação, do activo da Sociedade, esta mantém sob sua gestão todos os contratos titularizados. Por esse serviço a Sociedade recebe um Servicing Fee trimestral até ao final da operação.

Nota 10 – Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<i>m€</i>	
Activos e Passivos Não Correntes Detidos para Venda	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Activos		
Imóveis	9.887	11.426
Equipamento	303	146
Outros activos tangíveis	58	28
	<u>10.248</u>	<u>11.600</u>
Imparidade (Nota 19)	<u>(1.736)</u>	<u>(1.563)</u>
	8.512	10.037

Os activos não correntes detidos para venda correspondem ao valor dos equipamentos, imóveis e viaturas recuperados na sequência da resolução dos contratos de locação financeira, para os quais foi registada imparidade (ver Nota 19), que reflecte a diferença entre o valor bruto registado e o valor de avaliação dos referidos bens.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2008 nesta rubrica, foi como segue:

Activos Não Correntes Detidos para Venda	31.12.07		Alienações e Abates			Transferências			31.12.08		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Adições	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	
	<i>Proforma</i>	<i>Proforma</i>									
Imóveis	11.426	1.521	3.203	3.615	1.000	1.227	13	1.135	9.887	1.643	
Equipamento	146	42	248	42	1	49	12	64	303	93	
Outros Activos Tangíveis	28	-	30	-	-	-	-	-	58	-	
	<u>11.600</u>	<u>1.563</u>	<u>3.581</u>	<u>3.657</u>	<u>1.001</u>	<u>1.276</u>	<u>25</u>	<u>1.199</u>	<u>10.248</u>	<u>1.736</u>	

Y. António

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Os montantes relevados em “Transferências”, representam os montantes de contratos reactivados e/ou relocados.

Nota 11 – Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Outros Activos Tangíveis	31.12.06		Aquisições	Alienações e abates	Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.07
	Valor Bruto Proforma	Amortiz. Acumuladas Proforma				
Imóveis em uso						
Imóveis de serviço próprio	160	3	-	-	3	154
Obras em imóveis arrendados	1.288	757	-	-	128	403
	1.448	760	-	-	131	557
Equipamento						
Mobiliário e material	383	303	-	-	38	42
Máquinas e ferramentas	169	158	3	-	4	10
Equip. informático	1.418	1.368	1	-	17	34
Instalações interiores	89	61	-	-	8	20
Material de transporte	57	57	-	-	-	-
Equip. segurança	77	67	-	-	2	8
Outro equipamento	98	-	-	-	-	98
	2.291	2.014	4	-	69	212
Equipamento em locação operacional	9.467	4.709	43.720	2.048	4.380	42.050
Outros activos tangíveis	70	53	-	-	7	10
	9.537	4.762	43.720	2.048	4.387	42.060
	13.276	7.536	43.724	2.048	4.587	42.829

Outros Activos Tangíveis	31.12.07		Aquisições	Alienações e Abates		Transferências		Amortiz. Exercício	31.12.08		
	Valor Bruto Proforma	Amortiz. Acumuladas Proforma		Valor Bruto	Amortiz. Acumuladas	Valor Bruto	Amortiz. Acumuladas		Valor Bruto	Amortiz. Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis em uso											
Imóveis de serviço próprio	160	6	-	-	-	-	3	160	9	151	
Obras em imóveis arrendados	1.288	885	-	-	-	-	127	1.288	1.012	276	
	1.448	891	-	-	-	-	130	1.448	1.021	427	
Equipamento											
Mobiliário e material	383	341	-	-	-	-	20	383	361	22	
Máquinas e ferramentas	172	162	-	-	-	-	3	172	165	7	
Equip. informático	1.419	1.385	1	-	-	-	13	1.420	1.398	22	
Instalações interiores	89	69	-	-	-	-	8	89	77	12	
Material de transporte	57	57	-	-	-	-	-	57	57	-	
Equip. segurança	77	69	-	-	-	-	2	77	71	6	
Outro equipamento	98	-	-	-	-	8	-	106	-	106	
	2.295	2.083	1	-	-	8	46	2.304	2.129	175	
Equipamento em locação operacional	48.075	6.025	23.272	15.825	(4.310)	-	9.563	55.522	11.278	44.244	
Outros activos tangíveis	70	60	-	-	(1)	(8)	2	62	61	1	
	48.145	6.085	23.272	15.825	(4.311)	(8)	9.565	55.584	11.339	44.245	
	51.888	9.059	23.273	15.825	(4.311)	-	9.741	59.336	14.489	44.847	

O aumento verificado nos outros activos tangíveis, em 2007 e em 2008, é explicado pela rubrica de “Equipamento em Locação Operacional”, que inclui todos os bens (viaturas e outros equipamentos) subjacentes a contratos de locação operacional celebrados essencialmente com um único cliente, Rentilusa – Locação e Comércio de Equipamentos e Serviços S.A. (Rentilusa). Em 31 de Dezembro de 2008, o valor bruto do equipamento locado à Rentilusa ascende a 53.503 m€, e os respectivos contratos têm um prazo residual médio ponderado de 21 meses.

Handwritten signature: *Luís Pereira*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

O desenvolvimento e contratualização da locação operacional, iniciou-se no segundo semestre do exercício de 2007. As rendas são registadas em proveitos na rubrica "Rendimentos e receitas operacionais – Rendas" (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Sociedade tem registadas provisões para o valor residual dos bens locados à Rentilusa, no montante de 4.383 m€ e 8.078 m€, respectivamente. Estes montantes encontram-se registados na rubrica "Imparidade de crédito a clientes" (ver Notas 9 e 19).

Nota 12 – Activos intangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Activos Intangíveis	31.12.06			31.12.07			<i>m€</i>
	Valor Bruto	Amortiz. Acumuladas	Amortiz. Exercício	Valor Bruto	Amortiz. Acumuladas	Valor Líquido	
	<i>Proforma</i>	<i>Proforma</i>					
Sistemas de tratamento automático de dados	1.086	1.032	48	1.086	1.080	6	
Outros activo intangíveis	197	49	66	197	115	82	
	1.283	1.081	114	1.283	1.195	88	

Activos Intangíveis	31.12.07			31.12.08			<i>m€</i>
	Valor Bruto	Amortiz. Acumuladas	Amortiz. Exercício	Valor Bruto	Amortiz. Acumuladas	Valor Líquido	
	<i>Proforma</i>	<i>Proforma</i>					
Sistemas de tratamento automático de dados	1.086	1.080	6	1.086	1.086	-	
Outros activo intangíveis	197	115	66	197	181	16	
	1.283	1.195	72	1.283	1.267	16	

A Sociedade não efectuou durante o ano de 2008, qualquer aquisição ou abate de activos intangíveis.

Nota 13 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A BPN Crédito tem apenas uma participação na BPN Serviços ACE, conforme quadro seguinte:

Empresa	Participação Efectiva (%)		Valor de Balanço		Método Consolid.	Empresa Participante	Capital Próprio		Resultado Líquido		<i>m€</i>
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07			31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07	
		<i>Proforma</i>		<i>Proforma</i>				<i>Proforma</i>		<i>Proforma</i>	
BPN SERVIÇOS -Serv. Adm. Op. e Infoamáticos, ACE	17,4%	17,4%	17	17		BPN Crédito IFIC SA	100	100	0	0	

Handwritten signature and initials

Nota 14 – Impostos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as várias rubricas de balanço associadas a impostos têm a seguinte composição:

	<i>m€</i>	
Activos e Passivos por Impostos	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	1.307	743
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	(987)	(2.596)
Activos por impostos diferidos		
Provisões	3.316	2.500
Outros	602	1.263
	3.918	3.763
	4.238	1.910

Os activos por impostos diferidos são maioritariamente relativos a provisões tributadas (acima dos limites mínimos impostos pelo Banco de Portugal, ou seja, acima dos limites máximos aceites para efeitos fiscais), e não incorporam o ajustamento decorrente do reforço extraordinário de provisões / imparidades relevadas no fecho do exercício, pelo facto de ainda se estar a avaliar a capacidade da empresa em gerar resultados futuros capazes de absorver as perdas fiscais. O montante de impostos diferidos activos não registados referente ao reforço extraordinário de provisões, ascende a aproximadamente 12.356 m€.

No quadro seguinte apresentam-se as variações dos impostos diferidos, nos anos de 2008 e 2007:

	<i>m€</i>				
Variação Impostos Diferidos	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo
	31.12.06	2007	31.12.07	2008	31.12.08
			<i>Proforma</i>		
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	1.115	343	1.458	54	1.512
Outras Provisões	185	87	272	68	340
Provisões Económicas	605	95	700	671	1.371
Provisões com garantia (Imóveis)	0	70	70	23	93
	1.905	595	2.500	816	3.316
Outros- Ajustamentos NCA's	1.051	212	1.263	(661)	602
	2.956	807	3.763	155	3.918

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade reconheceu em resultados, um custo no montante de 423 m€, referentes à anulação de excesso de impostos diferidos por acerto da taxa do imposto. Este montante foi registado na rubrica dos resultados, "Imposto corrente – Correção de estimativa de IRC".

Na rubrica de "Outros – Ajustamentos NCA's", apresentam-se os montantes de impostos diferidos constituídos com base nos ajustamentos registados em 2005, no âmbito da adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas. Estes ajustamentos correspondem aos fluxos incrementais especializados com base na taxa efectiva dos contratos subjacentes (IAS 18), abate de montantes relevados em activos intangíveis (IAS 38), consolidação do "Special Purpose Entity" da operação Chaves 4 (IAS 27) e benefícios a empregados (IAS 19).

A decomposição das rubricas de impostos ao nível dos resultados a 31 de Dezembro de 2008 era a seguinte:

	<i>m€</i>	
Impostos (em Resultados)	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Imposto corrente		
do ano	987	2.596
correção de estimativa de IRC:		
- insuficiência / (excesso) de estimativa de IRC do exercício anterior	(316)	373
	671	2.969
Imposto diferido		
Provisões	(884)	(595)
Outros- Ajustamentos NCA's	306	(212)
- excesso de impostos diferidos activos, por acerto de taxa de IRC	423	-
	(155)	(807)
	516	2.162

Apresenta-se no quadro seguinte, a reconciliação da taxa de imposto da BPN Crédito para os exercícios de 2008 e 2007:

Reconciliação da taxa de Imposto	<i>m€</i>			
	31.12.08		31.12.07	
	%	Valor	%	Valor
			<i>Proforma Proforma</i>	
Resultados antes de impostos		2.689		924
Taxa de Imposto da Sociedade	26,5%		26,5%	
Imposto esperado com base na taxa de imposto da Sociedade		713		245
Tributações autónomas	4,7%	127	7,1%	66
Correção de imposto apurado em exercícios anteriores	4,0%	107	40,4%	373
Variação Patrimonial e proveitos já tributados	-15,4%	(415)	-31,8%	(294)
Impostos diferidos activos não registados pelo reforço da imparidade do crédito concedido	0,0%	-	219,9%	2.031
Outros	-0,6%	(15)	-28,0%	(259)
	19,19%	516	234,03%	2.162

LF
João Felipe
A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Os montantes negativos de 415 m€ e 294 m€, relevados como “Variação Patrimonial e proveitos já tributados”, referem-se a impostos sobre proveitos tributados em exercícios anteriores relacionados com a mais-valia gerada na alienação da “Equity Piece” da operação Chaves 4, sobre os quais não foram registados impostos diferidos activos na reexpressão das demonstrações financeiras de 2007 (ver Notas 3 e 4).

Em 31 de Dezembro de 2008, encontra-se em curso o processo de reclamação, efectuada pela Sociedade no seguimento do relatório de inspecção fiscal ao Imposto sobre o Valor Acrescentado apurado pelo método pró-rata, relativamente ao exercício de 2003. Neste sentido, a Sociedade, provisionou o montante de 1.204 m€ (ver Nota 19), relativo ao valor apurado pela Administração Fiscal na inspecção ao exercício de 2003 e para fazer face a eventuais inspecções fiscais àquele imposto para os exercícios de 2006 a 2008.

Nota 15 – Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros Activos	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Devedores, outras aplicações e outros activos		
Sector público administrativo	206	5.845
Devedores diversos		
Solicitadores	548	345
Advogados	69	74
Outros Devedores - Seguros	411	41
Devedores de Locação Operacional e Outros	5.468	2.022
Devedores por Alienação de Imóveis	-	2.200
	6.702	10.527
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	88	-
Outros rendimentos a receber		
Proveitos a Receber - Seguros	331	560
Gestão de Contratos Securitizados	40	47
Outros	3	-
	462	607
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	150	198
	150	198
Fundo de pensões (ver Nota 36)		
Desvios actuariais (fora do corredor)	265	15
Desvios actuariais (dentro do corredor)	2.370	652
Défice de cobertura do fundo de pensões	(104)	-
	2.531	667
Encargos a pagar		
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) de operações activas	(992)	(1.448)
	(992)	(1.448)
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	1.317	159
	1.317	159
	10.170	10.710

Luís Fernandes

A rubrica "Devedores, outras aplicações e outros activos" verificou uma diminuição significativa no ano de 2008 devido essencialmente à redução dos valores a recuperar de IVA na sequência da estabilização do crescimento da carteira de Locação operacional.

Na rubrica de "Devedores de locação operacional e outros" são relevados montantes de mensalidades vencidas e não pagas de contratos de locação operacional, bem como montantes vencidos e não pagos de contratos de crédito a clientes, nomeadamente, valores de despesas administrativas e IVA das mensalidades de locação financeira. O aumento da rubrica de Devedores de locação operacional deriva de um aumento no incumprimento dos clientes com contratos de locação operacional, nomeadamente, entidades pertencentes ao Grupo SLN. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rendas vencidas de locação operacional encontram-se totalmente provisionadas na rubrica "Imparidade em crédito a clientes" (Notas 9 e 19).

Em termos da rubrica de "Devedores por alienação de imóveis" a Sociedade decidiu reclassificar, no presente exercício, o valor aqui relevado para crédito a clientes.

O montante 88 m€ registado em 31 de Dezembro de 2008 na rubrica de "Juros e rendimentos similares", respeita à especialização da remuneração da Tranche B da operação Chaves Funding nº 5.

A rubrica de "Outras operações a regularizar", inclui um montante de 1.159 m€ respeitantes a valores a receber da operação Chaves 5. Este montante diz respeito a um diferencial entre os juros obtidos dos clientes e enviados à securitizadora, e os custos associados aos "Passivos financeiros associados a activos transferidos".

Nota 16 – Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Derivados	Montante nocial - Derivados de negociação	Valor contabilístico - Passivos detidos para negociação
<i>m€</i>		
<u>Swaps</u>		
Outros activo intangíveis	202.000	411
	202.000	411

A Sociedade, no exercício de 2008, contratou dois swaps de taxa de juro com o Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), no montante total de 202.000 m€, equivalente ao montante da carteira associada à operação de securitização Chaves Funding nº 5, os quais apresentam as seguintes características:

- i) Nocial de 110.702 m€, em que a Sociedade paga juros trimestrais à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 0,07% e recebe juros à taxa fixa de 3,06%; e
- ii) Nocial de 91.298 m€, em que a Sociedade paga juros trimestrais à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 0,07% e recebe juros à taxa média ponderada, do indexante de taxa de juro praticada nos contratos de crédito securitizados no âmbito da operação Chaves 5.

Estes derivados foram contratados pelo prazo de 60 meses.

4
João Pereira
P

Nota 17 – Recursos de outras instituições de crédito

A 31 de Dezembro de 2008, os recursos de outras instituições de crédito decompõem-se no seguinte:

	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Recursos de Outras IC's		<i>m€</i>
Recursos de IC's no país		
Mercado monetário interbancário	381.700	495.500
Empréstimos	177.137	191.500
Outros recursos	6.897	-
Juros a pagar	6.702	6.811
	572.436	693.811

A Sociedade financia a sua actividade essencialmente junto do BPN – Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"). Em 31 de Dezembro de 2008, o montante em dívida ao BPN, acrescido de juros a liquidar, ascende a 572.432 m€ (ver Nota 30).

A Sociedade financia-se preferencialmente via mercado monetário interbancário, cujo valor atinge os 381.700 m€, tendo um prazo de maturidade médio até 1 mês, em 31 de Dezembro de 2008.

Para além deste recurso, a Sociedade mantém na mesma data, mútuos a taxa fixa no montante de 162.337 m€, cujo vencimento ocorre entre Julho de 2009 e Abril de 2014. Estes empréstimos funcionam também como mecanismo de cobertura do risco taxa de juro para os financiamentos de crédito ao consumo e locação operacional a taxas fixas.

Adicionalmente, encontrava-se utilizado um total de 14.800 m€, do limite máximo de 26.000 m€, de contas correntes caucionadas junto do BPN.

A rubrica de "Outros Recursos" diz respeito a descobertos bancários autorizados junto do BPN, que totalizam 6.897 m€.

A redução de 121.375 m€ dos recursos junto de Outras Instituições de Crédito, em contraste com a evolução da carteira de clientes bruta, é justificada com a contratação, no exercício de 2008, da quinta operação de titularização de crédito da BPN Crédito ("Chaves 5") permitindo a obtenção de liquidez adicional (Nota 18).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Nota 18 – Passivos financeiros associados a activos transferidos

A BPN Crédito contratou a sua quinta operação de titularização sob a designação de Chaves Funding nº 5.

A operação montada com a colaboração os bancos HSBC e Banco Efisa, englobou uma carteira de contratos de Crédito ao Consumo, Leasing Mobiliário e ALD, no valor total de 202.000 m€. A operação foi emitida pela sociedade SAGRES – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

<i>m€</i>				
Detalhes da Operação Chaves 5	Valor Nominal	Notação de Rating (S&P)	Ano de reembolso	Remuneração
Class A notes	149.800	AA	2021	Euribor + 80bps
Class B notes	52.200	n/a	2021	Euribor + 120bps
Class C notes	4.100	n/a	2021	-
	206.100			

n/a - sem notação de rating

A Tranche C tem a natureza de Residual Certificates, funcionando como garantia da boa performance da operação, sendo a sua remuneração calculada pelo excesso de juros no fundo. A Sociedade manteve na sua posse as Tranches B e C da operação, conforme detalhado na Nota 7. Assim não se considera transferido o risco associado à carteira, o que implica o não reconhecimento da carteira, relevando o montante em dívida das tranches na rubrica de Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos.

<i>m€</i>					
Passivos Financeiros associados a Activos transferidos	31.12.2008	Data de emissão	Vida média estimada	Garantia	Spread
Chaves 5	197 217	16-12-2008	60 meses	202 000	0,903%
Montante Liquidado	4 783				
	202 000			202 000	

A Sociedade amortizou um montante de 4.783 m€ no exercício de 2008.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Nota 19 – Provisões e imparidade

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foi como segue:

Provisões e Imparidades	m€										
	Saldo 31.12.06	Restatement (Nota 4)	Saldo 31.12.06 Proforma	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Saldo 31.12.07 Proforma	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Saldo 31.12.08
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:											
Outros títulos (Nota 7)	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	16
Imparidades em crédito a clientes (Nota 9)	31.493	34.696	66.189	22.904	(10.812)	(12.297)	65.984	16.812	(5.555)	(3.872)	73.369
Imparidades em activos não financeiros (Nota 10)	1.455	-	1.455	185	(77)	-	1.563	1.199	(25)	(1.001)	1.736
Outras provisões	7.219	-	7.219	2.279	(553)	(101)	8.844	3.963	(3.326)	-	9.481
	40.167	34.696	74.863	25.368	(11.442)	(12.398)	76.391	21.990	(8.906)	(4.873)	84.602

A imparidade em crédito a clientes (73.369 m€) compreende o valor de provisões para crédito vencido (24.823 m€), provisões para crédito de cobrança duvidosa (1.921 m€) e provisões económicas (46.625 m€). Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões económicas, incluem os montantes de 4.383 m€ e 8.078 m€, respectivamente, relativos a provisões para o valor residual dos bens locados à Rentilusa em regime de locação operacional (ver Nota 11).

O aumento da sub-rubrica de Provisões Económicas deriva do reforço das perdas por imparidade da carteira de crédito, em especial a relacionada com empresas do Grupo SLN.

A imparidade em activos não financeiros corresponde à diferença entre o valor registado e o valor da avaliação dos imóveis, equipamentos e viaturas recuperados na sequência da resolução dos contratos de locação financeira.

A rubrica outras provisões contempla cerca de 8.199 m€ de provisões para riscos gerais de crédito, correspondendo 5.604 m€ à carteira própria e 2.595 m€ à carteira titularizada não desconhecida. A diferença, no montante de 1.282 m€, corresponde a provisões para outros riscos e encargos, a qual se decompõe: (i) 1.204 m€ para fazer face a contingências fiscais associadas ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (ver Nota 14); e (ii) 78 m€ para fazer a um processo judicial em curso interposto por dois antigos colaboradores da Sociedade.

Nota 20 – Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Outros Passivos		<i>m€</i>
Credores e outros recursos		
Recursos diversos	5.610	7.421
Sector público administrativo:		
Imposto Sobre Valor Acrescentado	154	-
Retenção de Impostos na Fonte	340	435
Contribuições para a Segurança Social	53	52
Cobranças por conta de terceiros	4	4
Contribuições para outros sistemas de saúde	17	17
Credores diversos:		
Credores por fornecimento de bens	1.185	6.337
Credores por contratos de factoring	2.880	4.262
Outros credores:		
Valores a liquidar a securizadoras	6.422	1.885
Apólices de Seguros a Liquidar	582	1.606
Outros	634	710
	17.881	22.729
Fundo de pensões		
Outros elementos (ver Nota 36)	-	70
Encargos a pagar		
Prémios de Antiguidade (Nota 36)	321	275
Outros encargos a pagar	942	2.113
	1.263	2.388
Receitas com rendimento diferido		
De rendas de locação operacional	383	405
Outras:		
Comissões de Seguros	1.962	-
Mais-Valia Chaves 4	1.075	2.643
	3.420	3.048
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar		
Valores Credores a regularizar	999	112
Mais-valias de relocações de bens a regularizar	782	383
Outros	148	483
	1.929	978
	24.493	29.213

A rubrica de "Recursos diversos" representa o valor das cauções prestadas por clientes de locação.

A rubrica "Credores e outros recursos – Credores diversos – Outros credores – Valores a liquidar a securizadoras", compreende o montante das rendas (capital e juro) de contratos securitizados, que já foram recebidas de clientes, mas que ainda não foram liquidadas ao veículo de securitização. O aumento verificado nesta rubrica, é explicado pela operação de securitização "Chaves 5" contratada em Dezembro de 2008.

A rubrica de "Outros Encargos a Pagar" registou uma diminuição derivada à resolução de um diferendo relacionado com a liquidação de um montante de 840 m€, pelo arrendamento de um

Nota 22 – Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	m€	
Contas Extrapatrimoniais	31.12.08	31.12.07
		Proforma
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia	660	-
	660	-
Garantias recebidas		
Garantias reais	472.566	427.391
	472.566	427.391
Compromissos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	129.175	172.019
	129.175	172.019
Compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos Irrevogáveis - Factoring	200	53.309
	200	53.309
Responsabilidades por prestação de serviços		
De cobrança de valores	161	105
Valores administrados pela instituição	64.866	127.576
	65.027	127.680
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos Abatidos ao Activo	84.008	83.209
Juros Vencidos	21.446	21.234
Contratos com Recurso - Facturas Não Financiadas	26.183	50.604
Rendas e Valores Residuais de Contratos de Locação Financeira	437.454	413.193
	569.091	568.240
	1.236.719	1.348.640

A rubrica "Garantias prestadas e outros passivos eventuais – activos dados em garantia", corresponde a garantias bancárias contratadas, referentes a processos de contencioso tributário pendentes de resolução.

Os compromissos revogáveis, no valor de 129.175 m€, correspondem a plafonds de contas correntes de factoring não utilizados.

Os valores administrados pela instituição (64.866 m€) dizem respeito aos activos sob gestão no âmbito da operação de securitização Chaves 4, e a sua diminuição em 2008 deriva da amortização normal da carteira subjacente à operação. A Operação Chaves Funding nº 4 iniciou-se em Junho de 2004, com a securitização de uma carteira de contratos de crédito ao consumo, leasing e ALD, no montante global de 185.622 m€, com um período de revolving de 3 anos. Os activos subjacentes a esta operação foram desreconhecidos no momento da sua contratação em 2004, e mantiveram-se desreconhecidos mediante os critérios definidos pela IAS 39. Não obstante o desreconhecimento, da carteira titularizada no âmbito desta operação, do activo da Sociedade, esta mantém sob sua gestão todos os contratos titularizados. Por esse serviço a Sociedade recebe um Servicing Fee trimestral até ao final da operação.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

A diminuição em 2008, do saldo das rubricas “Compromissos irrevogáveis – factoring” e “Contratos com recursos – Facturas não financiadas”, é explicada pela redução verificada na carteira de Factoring. Por outro lado, o aumento em 2008, no valor de “Rendas e valores residuais de contratos de locação financeira” é explicado pelo crescimento verificado na carteira de locação financeira (inclui carteira titularizada não desreconhecida) .

Nota 23 – Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>m€</i>	
Margem Financeira	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	177	207
Juros de aplicações em IC's	9	8
Juros de crédito a clientes	56.540	45.754
Juros de crédito vencido	149	188
Juros de outros activos financeiros	1.883	-
Comissões recebidas ao custo amortizado	3.123	3.125
	61.881	49.282
Juros e encargos similares		
Juros de recursos		
De outras IC's	39.825	29.083
Juros de responsabilidades representadas por títulos	341	-
Comissões pagas ao custo amortizado	3.560	3.763
	43.726	32.846
	18.155	16.436

O aumento verificado em 2008, na margem financeira, é explicado pelo facto do aumento das taxas activas médias ter sido superior ao aumento das taxas passivas. A evolução das taxas de referência provocou um crescimento da rubrica de “Juros e encargos similares”, ainda que amenizada pela política de cobertura do risco de taxa de juro em vigor na Sociedade.

A Sociedade registou na rubrica “Juros de outros activos financeiros”, o montante de 1.883 m€, referente a proveitos de juros obtidos com a operação de securitização Chaves Funding nº 5.



 LS

 João Felipe



Nota 24 – Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
<i>m€</i>		
Resultados de Serviços e Comissões		
Serviços e comissões recebidas		
Seguros	(655)	1.697
Comissões de gestão	265	364
Outras comissões recebidas	799	565
	409	2.626
Serviços e comissões pagas		
Por serviços bancários prestados por terceiros	434	447
Outras comissões pagas	1	1
	435	448
	(26)	2.178

Até 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade registava o proveito das comissões recebidas associadas a contratos de seguros, no momento em que as mesmas eram geradas. A partir do exercício de 2008, a Sociedade passou a registar o proveito com as comissões de seguros, ao longo da vida das operações de crédito. Esta alteração no reconhecimento do proveito foi efectuada com efeito retrospectivo. O respectivo impacto, foi registado na demonstração dos resultados do exercício de 2008. O montante de comissões por reconhecer em resultados, é registado na rubrica "Outros passivos – Receitas com proveito diferido – Outras – Comissões de seguros" (ver Nota 20).

A diminuição em 2008, na rubrica "Serviços e comissões recebidas" é explicada pela redução verificada na comercialização dos seguros de crédito e pelo facto de a partir de 2008, a Sociedade ter passado a registar as comissões recebidas associadas a contratos de seguros, ao longo da vida das operações de crédito.

A rubrica "Outras comissões recebidas", inclui as comissões cobradas aos clientes, por finalizações antecipadas de contratos (642 m€ em 2008).

imóvel utilizado pela Sociedade destinado ao estacionamento de viaturas e armazenamento de outros bens e equipamentos recuperados.

No valor da rubrica "Receitas com rendimento diferido – outras", verifica-se o aumento de cerca de 1.962 m€ relativo a comissões de intermediação de seguros vida, que decorre do ajustamento processado no reconhecimento das referidas comissões. Adicionalmente, registou-se uma diminuição de 1.568 m€ no valor a diferir da Mais-Valia originada na venda dos "Residual Certificates" da operação Chaves Funding nº 4. O proveito relacionado com esta Mais-Valia é reconhecido na rubrica de resultados "Rendimentos e receitas operacionais – Outros ganhos e rendimentos financeiros" (Nota 27), na proporção dos juros dos contratos securitizados. Parte significativa da Mais-Valia, foi reconhecida no período de revolving (3 anos até Abril de 2007), período no qual a Sociedade incorreu em custos relativos à preparação das carteiras a incluir nos revolvings.

A rubrica "Outras contas de regularização – Outras operações a regularizar – Mais-valias de relocações de bens a regularizar", corresponde ao diferencial entre o valor do bem recuperado e o valor do novo contrato de crédito concedido. Este diferencial é reconhecido em resultados ao longo da vida do novo contrato de crédito.

Nota 21 – Capital próprio

O capital social da Sociedade ascende a 63.518 m€, repartido por 63.518.075 acções com o valor nominal de 1 € cada, o qual se encontra integralmente subscrito e realizado.

Em Assembleia Geral realizada a 27 de Fevereiro de 2008, ficou decidida a aplicação de 10% do resultado do exercício de 2007 antes de restatement (532 m€) em Reserva Legal, 284 m€ em Outras reservas e distribuição de dividendos de 4.500 m€.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade aumenta a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Nota 25 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>m€</i>	
Resultados em passivos financeiros ao justo valor através de resultados	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Instrumentos derivados		
Swaps	411	-
	411	-

Os "Resultados em passivos financeiros ao justo valor através de resultados" derivam da contratação dos instrumentos derivados referidos na Nota 16.

Nota 26 – Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>m€</i>	
Resultados em Operações Financeiras	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Resultados de reavaliação cambial		
Ganhos em diferenças cambiais	32	4
Perdas em diferenças cambiais	(25)	(18)
	7	(14)

Os resultados de reavaliação cambial, correspondem a diferenças cambiais originadas na área de negócio de factoring.

Nota 27 – Resultados de alienação de outros activos e outros resultados de exploração

O valor dos "Resultados de alienação de outros activos" é composto por:

	<i>m€</i>	
Resultados de alienação de outros activos	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Ganhos em activos não financeiros	1.394	1.352
Perdas em activos não financeiros	(658)	(367)
Ganhos e perdas em activos não financeiros	736	985

Os ganhos em activos não financeiros, no montante de 1.394 m€ em 2008, correspondem a mais-valias na alienação de bens recuperados no âmbito de contratos de locação financeira e a proveitos associados à alienação de imobilizado no âmbito de contratos de locação operacional.

O valor dos "Outros resultados de exploração" é composto por:

LP
José Manuel
P

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
<i>m€</i>		
Ganhos e Perdas Operacionais		
Rendimentos e receitas operacionais		
Rendas	12.097	4.751
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de Despesas	3.075	2.728
Recuperação de créditos e juros incobráveis	3.306	2.661
Proveitos em registos e notários	528	762
Recuperação de juros anulados	1.519	1.566
Regularização de valores credores	1.896	1.127
Outros	537	311
Outros ganhos e rendimentos financeiros	1.567	5.321
	24.525	19.227
Encargos e gastos operacionais		
Quotizações e donativos	19	17
Outros encargos e gastos operacionais		
Custos em Legalizações	1.308	1.678
Anulações de juros de anos anteriores	397	428
Regularização de valores devedores	807	583
Outros	80	5
	2.611	2.711
Outros Impostos		
Impostos indirectos	20	67
Impostos directos	1	-
	21	67
	21.893	16.449

O crescimento da rubrica "Rendas", é justificado pelo facto da Sociedade ter iniciado a contratação de locação operacional com a Rentilusa no segundo semestre de 2007 (Nota 11).

Na rubrica "Outros ganhos e rendimentos financeiros" é registado o proveito decorrente da especialização da Mais-Valia obtida na venda da "Equity Piece" da operação Chaves 4, que se encontra a diferir na rubrica "Receitas com rendimento diferido" (Nota 20).

A rubrica "Reembolso de Despesas" respeita a despesas cobradas aos clientes por conta de custos incorridos pela Sociedade, nomeadamente, despesas administrativas, despesas de processos em contencioso, despesas de dossier e portes.

A rubrica "Recuperação de Créditos e Juros Incobráveis" compreende os valores recuperados, por via judicial ou outra, de contratos que foram abatidos ao activo em exercícios anteriores, nomeadamente em relação a contratos totalmente provisionados à data do seu abate.

Nota 28 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

Custos com Pessoal	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	335	287
Remuneração de empregados	4.325	4.351
Prémios por Antiguidade (Nota 36)	46	32
Custos com pensões de reforma e benefícios de saúde (Nota 36)	608	588
Encargos sociais obrigatórios	680	616
Outros custos com pessoal	564	1.051
	6.558	6.925

O efectivo de empregados ao serviço da Sociedade no final de 2008 era o seguinte:

Efectivo de Empregados	31.12.08	31.12.07
Administradores	3	3
Directores	13	13
Técnicos/Administrativos	158	158
	174	174

A Sociedade manteve inalterado, no exercício de 2008, o número de colaboradores. Não obstante este facto, verificou-se uma diminuição nos custos com pessoal, nomeadamente na sub-rubrica de "Outros custos com pessoal". A Sociedade entendeu não proceder à distribuição de gratificações aos seus colaboradores, ao contrário do que se tinha verificado no exercício anterior.

Nota 29 – Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

Gastos Administrativos	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Água energia e combustíveis	325	301
Publicações	6	3
Material de higiene e limpeza	16	14
Outros fornecimentos de terceiros	5	12
Rendas e alugueres	1.449	2.102
Comunicações	514	486
Deslocações, estadas e representação	144	197
Publicidade e edição de publicações	376	464
Conservação e reparação	16	21
Formação de pessoal	43	11
Seguros	44	46
Serviços especializados:		
Avenças e Honorários	692	1.142
Custos Judiciais de Contencioso e Notariado	378	444
Consultores e Auditores	270	231
Outros	160	168
Outros serviços de terceiros:		
Serviços de Recuperação de Crédito	1.088	1.066
Serviços BPN Serviços - ACE	2.575	2.261
Serviços de Manutenção de Viaturas	223	214
Outros	297	375
	8.621	9.558

A diminuição da rubrica "Rendas e alugueres", está relacionada com a diminuição dos valores de arrendamento para armazenamento de bens móveis recuperados.

Ao nível dos "Serviços especializados", a sub-rubrica de custos relacionados com avenças e honorários diminuiu, essencialmente devido à estratégia de gestão dos processos em contencioso, implementada na Sociedade, que confere à subcontratação destes serviços um menor peso.

Em termos da rubrica de "Outros serviços de terceiros", torna-se relevante o peso dos custos com serviços prestados pela BPN Serviços – ACE, nomeadamente nas áreas da logística, economato e comunicações.

Nota 30 – Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos e as transacções com empresas do Grupo BPN, são como segue:

Transacções com Partes Relacionadas	31.12.08			
	Aplicações	Recursos	Proveitos	Custos
Empresa				
Avipronto	219	-	19	-
Banco Efisa	16	-	2	-
BPN Imofundos, SGFIM, SA	-	-	-	40
BPN SA	16.644	572.432	684	40.098
BPN Serviços, ACE	17	283	83	2.575
Centro Hospital de S.Francisco, SA	2	-	-	-
CHSF - Health Club	1	-	-	-
Concretop	247	-	26	-
IMALIS - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda.	1	-	-	-
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses	-	-	-	3
Labicer	4.162	33	347	-
Monte da Quinta Propriedades	21	-	2	-
Precore II	-	-	2	-
Real Vida Seguros	7	294	3	655
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos SA	513	-	40	-
	21.850	573.042	1.208	43.371

A maioria das relações desenvolvidas entre a BPN Crédito e as restantes empresas do Grupo, surgem da actividade de concessão de crédito, através de contratos de Locação Financeira e de Factoring.

O BPN assume-se como a fonte preferencial de recursos para a BPN Crédito.

Em relação às transacções com partes relacionadas reportadas nos exercícios anteriores, salienta-se a diminuição do número de entidades relacionadas, decorrente da cisão do Grupo BPN do Grupo SLN, na sequência do processo de nacionalização daquele.

Nota 31 – Activos sob gestão e securitizações

A BPN Crédito à data de 31 de Dezembro de 2008, mantinha apenas uma operação de securitização desreconhecida viva, a Chaves Funding nº4.

Os activos subjacentes a esta operação foram desreconhecidos no momento da sua contratação em 2004, e mantiveram-se desreconhecidos mediante os critérios definidos pela IAS 39. Ao longo do período em análise, não foram securitizados mais contratos visto que o período de Revolving da operação teve o seu término no exercício de 2007, justificando-se assim a diminuição do montante de Activos sob Gestão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Os montantes de activos sob gestão associados a operações de securitização, no final dos dois últimos exercícios eram os seguintes:

	m€	
Activos sob Gestão	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Chaves Funding No. 4	64 866	127 576
	64 866	127 576

Nota 32 – Informação por segmentos - áreas geográficas

A actividade da BPN Crédito em 2008 desenvolveu-se quase na totalidade no território nacional. No entanto, manteve alguma actividade com entidades estrangeiras, nomeadamente, proveitos decorrentes da operação Chaves Funding nº 4 cuja sociedade está sediada na República da Irlanda, e concessão de crédito a uma subsidiária de uma empresa portuguesa no Brasil.

A distribuição geográfica da actividade da BPN Crédito encontra-se esquematizada no quadro seguinte:

Informação por Segmentos por Áreas Geográficas	m€			
	Portugal	Resto da Europa	América Latina	Total
Demonstração de resultados				
Juros e rendimentos similares	61.649	208	24	61.881
Juros e encargos similares	(43.726)	-	-	(43.726)
Margem financeira	17.923	208	24	18.155
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	409	-	-	409
Encargos com serviços e comissões	(435)	-	-	(435)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(411)	-	-	(411)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	7	-	-	7
Resultados de alienação de outros activos	736	-	-	736
Outros resultados de exploração	21.893	-	-	21.893
Produto bancário	40.122	208	24	40.354
Custos com pessoal e FST's	(15.179)	-	-	(15.179)
Amortizações do exercício	(9.813)	-	-	(9.813)
Provisões e imparidade	(13.084)	-	-	(13.084)
Resultado antes de imposto	2.046	208	24	2.278
Impostos	(516)	-	-	(516)
Resultado após imposto	1.530	208	24	1.762
Balanço				
Caixa e aplicações em IC's	3.089	-	-	3.089
Crédito a clientes	703.268	-	114	703.382
Activos financeiros	57.062	-	-	57.062
Outros activos	68.787	-	-	68.787
Total do Activo	832.206	-	114	832.320
Recursos de IC's	572.436	-	-	572.436
Passivos financeiros de negociação	411	-	-	411
Outros passivos	232.178	-	-	232.178
Total do Passivo	805.025	-	-	805.025
Capital próprio	27.295	-	-	27.295
Total do Passivo e Capital próprio	832.320	-	-	832.320



Nota 33 – Informação por segmentos - linhas de negócio

A actividade da BPN Crédito abrange as seguintes linhas de negócio: crédito ao consumo, locação financeira (mobiliária e imobiliária), factoring e rent AOV:

- Crédito ao consumo: compreende a actividade de concessão de crédito especializado para a aquisição de bens. Refere-se essencialmente a financiamento automóvel (viaturas usadas) a particulares, angariado através dos concessionários;
- Locação financeira: compreende a actividade de concessão de crédito especializado sob a forma jurídica de locação financeira. Inclui locação financeira mobiliária (essencialmente equipamentos e viaturas) e imobiliária, em que os principais clientes são empresas e as operações são angariadas através da rede de balcões do BPN;
- Factoring: compreende a actividade de concessão de crédito especializado sob a forma jurídica de factoring, em que os principais clientes são empresas;
- Rent AOV: compreende a actividade de locação operacional no segmento automóvel, em que o principal cliente é a Rentilusa;
- Corporativo: compreende todos os proveitos e custos corporativos, que não são gerados directamente através dos segmentos anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Esta segmentação é apresentada no quadro seguinte:

Informação por Segmentos de Linhas de Negócio	Consumo	Leasing	Factoring	Renting	Corporativo	Total	m€
Demonstração de resultados							
Juros e rendimentos similares	29.105	23.152	7.957	-	1.667	61.881	
Juros e encargos similares	(19.748)	(14.498)	(6.174)	(2.756)	(550)	(43.726)	
Margem financeira	9.357	8.654	1.783	(2.756)	1.117	18.155	
Rendimentos de serviços e comissões	201	158	10	40	-	409	
Encargos com serviços e comissões	(403)	(15)	(7)	(5)	(5)	(435)	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	(411)	(411)	
Resultados de reavaliação cambial	-	-	7	-	-	7	
Resultados de alienação de outros activos	-	671	-	65	-	736	
Outros resultados de exploração	7.329	1.345	(2)	11.698	1.523	21.893	
Produto bancário	16.484	10.813	1.791	9.042	2.224	40.354	
Custos com pessoal e FST's	(6.459)	(6.815)	(1.800)	(104)	-	(15.179)	
Amortizações do exercício	(67)	(565)	-	(9.006)	(175)	(9.813)	
Provisões e imparidade	(4.764)	(5.046)	(3.209)	(65)	-	(13.084)	
Resultado antes de imposto	5.194	(1.613)	(3.218)	(133)	2.049	2.278	
Impostos	-	-	-	-	(516)	(516)	
Resultado após imposto	5.194	(1.613)	(3.218)	(133)	1.533	1.762	
Balanco							
Caixa e aplicações em IC's	-	-	-	-	3.089	3.089	
Crédito a clientes (bruto)	312.674	361.050	97.375	5.652	-	776.751	
Imparidade de crédito a clientes	(9.102)	(9.212)	(8.365)	(65)	(46.625)	(73.369)	
Activos financeiros	-	-	-	-	57.062	57.062	
Outros activos	1.471	15.051	72	52.193	-	68.787	
Total do Activo	305.043	366.889	89.082	57.780	13.526	832.320	
Passivos financeiros	-	-	-	-	197.628	197.628	
Recursos de IC's	176.993	209.200	127.000	50.952	8.291	572.436	
Provisões	4.269	3.379	541	-	1.292	9.481	
Outros passivos	3.948	14.249	132	7.151	-	25.480	
Total do Passivo	185.210	226.828	127.673	58.103	207.211	805.025	
Capital próprio	-	-	-	-	27.295	27.295	
Total do Passivo e Capital próprio	185.210	226.828	127.673	58.103	234.506	832.320	

Nota: No quadro acima, o valor dos custos com o pessoal e com os fornecimentos e serviços de terceiros, foi imputado aos segmentos de negócio, em função do peso da carteira de crédito.

Nota 34 – Gestão dos riscos da actividade**Risco de taxa de juro**

O crédito concedido pela Sociedade é remunerado quer a taxas fixas, quer a taxas variáveis, que acompanham as variações das taxas de referência nos mercados financeiros.

No que concerne à carteira de crédito remunerada à taxa fixa, a qual é substancialmente inferior à carteira remunerada a taxas variáveis, faz-se um acompanhamento permanente da evolução das taxas de juro de referência dos mercados internacionais, no sentido de adaptar as taxas activas praticadas, à evolução previsível das taxas passivas. Adicionalmente, a Sociedade recorre a financiamentos a taxa fixa, de modo a cobrir o risco de taxa de juro deste montante da carteira.

BPN CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o desenvolvimento do valor nominal dos Instrumentos Financeiros com exposição a Risco de Taxa de Juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado nos quadros seguintes:

31.12.2008								
Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Total
Activo								
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	6	-	-	-	-	-	-	6
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	2.897	-	-	-	-	-	-	2.897
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	57.078	57.078
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-	186	186
Crédito a Clientes (Bruto)	-	426.027	19.335	23.379	41.852	137.453	128.705	776.751
	2.903	426.027	19.335	23.379	41.852	137.453	185.969	836.918
Passivo								
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	-	419.081	12.805	17.744	34.295	83.632	4.879	572.436
Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	-	-	411	-	-	-	-	411
Passivos Financeiros associados a activos transferidos	-	-	28	265	3.332	49.504	144.088	197.217
	-	419.081	13.244	18.009	37.627	133.136	148.967	770.064
Exposição Líquida	2.903	6.946	6.091	5.370	4.225	4.317	37.002	66.854

31.12.2007 (Proforma)								
Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Total
Activo								
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	5	-	-	-	-	-	-	5
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	4.952	-	-	-	-	-	-	4.952
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-	186	186
Crédito a Clientes (Bruto)	-	473.997	13.780	15.368	29.092	97.144	127.770	757.151
	4.957	473.997	13.780	15.368	29.092	97.144	127.956	762.294
Passivo								
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	-	540.215	14.349	15.692	34.596	80.134	8.825	693.811
	-	540.215	14.349	15.692	34.596	80.134	8.825	693.811
Exposição Líquida	4.957	(66.218)	(569)	(324)	(5.504)	17.010	119.131	68.483

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- A rubrica "Crédito a Clientes (Bruto)" não inclui a imparidade do crédito;
- A rubrica "Recursos de instituições e crédito e Bancos Centrais", não inclui juros corridos.

LP
Luís Fernandes
R

BPN CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008, a exposição à taxa de juro variável e á taxa de juro fixa, é como segue:

	31.12.2008		
	Taxa variável	Taxa fixa	Total
Activo			
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	2.897	-	2.897
Aplicações em Instituições de Crédito	186	-	186
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	57.078	-	57.078
Crédito a Clientes (saldos vincendos) (*)	466.457	245.971	712.428
	526.618	245.971	772.589
Passivo			
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais (**)	405.283	160.451	565.734
Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	411	-	411
Passivos Financeiros associados a activos transferidos	197.217	-	197.217
	602.911	160.451	763.362

(*) exclui crédito e juros vencidos, comissões ao custo amortizado e juros a receber

(**) exclui juros a pagar

Risco de liquidez

Os procedimentos adoptados em matéria de controlo do risco de liquidez, de um modo geral, são diversificados pelo recurso a diferentes fontes de financiamento da actividade e à venda de créditos no mercado:

- Capitais Alheios (Empréstimos de curto e médio/longo prazo);
- Capitais Próprios;
- Securitização de Activos (ABS).

BPN CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os cash-flows previsionais (não descontados), excluindo juros projectados, dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

31.12.2008										
Prazos Residuais Contratuais										
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 6 Meses	De 6 Meses a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	2.897	-	-	-	-	-	-	-	-	2.897
Activos financeiros disponíveis para venda	-	287	287	574	2.297	2.297	5.742	60.523	-	72.007
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	-	207	-	-	-	-	207
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	36.567	58.395	68.634	99.004	325.467	189.270	91.055	28.864	61.234	958.490
	39.470	58.682	68.921	99.578	327.971	191.567	96.797	89.387	61.234	1.033.607
Passivo										
Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	-	163	-	-	-	-	-	-	-	163
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	416.020	14.082	19.501	37.366	89.795	5.141	1	-	10.066	591.972
Passivos Financeiros associados a activos transferidos	5.781	11.555	17.268	39.395	122.595	56.140	10.478	-	-	263.212
	421.801	25.800	36.769	76.761	212.390	61.281	10.479	-	10.066	855.347
Diferencial	(382.331)	32.882	32.152	22.817	115.581	130.286	86.318	89.387	51.168	178.260

31.12.2007 (Proforma)										
Prazos Residuais Contratuais										
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 6 Meses	De 6 Meses a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	4.952	-	-	-	-	-	-	-	-	4.952
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	215	-	-	-	215
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	31.963	60.229	73.472	57.512	162.989	204.283	240.023	54.819	39.431	924.721
	36.920	60.229	73.472	57.512	162.989	204.498	240.023	54.819	39.431	929.893
Passivo										
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	537.023	15.724	17.464	37.743	86.713	9.268	-	-	10.799	714.734
	537.023	15.724	17.464	37.743	86.713	9.268	-	-	10.799	714.734
Diferencial	(500.103)	44.505	56.008	19.769	76.276	195.231	240.023	54.819	28.632	215.161

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Risco de crédito

O controlo do risco de crédito tem implicações decisivas no resultado da actividade da Sociedade. A análise rigorosa das operações reduz a probabilidade de realização de operações que venham a registar uma situação de incumprimento. Paralelamente, a Instituição dispõe de regulamentos de controlo e recuperação de crédito, de forma a poder reagir atempadamente às situações de incumprimento.

Qualidade do risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a qualidade de risco de crédito pode ser resumida da seguinte forma:

31.12.2008						
Créditos com Imparidade Colectiva				Créditos com Imparidade Individual	Outros Saldos	Total
Créditos sem Incumprimento	Créditos com Incumprimento	Créditos em Default				
Crédito a Empresas						
<i>Análise Colectiva</i>						
Vincendo	126.038	24.524	-	-	-	150.562
Vencido	-	1.256	3.504	-	-	4.760
<i>Análise Individual</i>						
Vincendo	-	-	-	58.146	174.590	232.736
Vencido	-	-	-	26.511	9.940	36.451
	126.038	25.780	3.504	84.657	184.530	424.509
Crédito à Habitação						
Vincendo	1.723	1.514	-	-	420	3.657
Vencido	-	75	33	296	116	520
	1.723	1.589	33	296	536	4.177
Outros Créditos						
Vincendo	242.366	72.791	-	4.743	5.573	325.473
Vencido	-	2.987	11.345	291	64	14.687
	242.366	75.778	11.345	5.034	5.637	340.160
Total Crédito Vincendo	370.127	98.829	-	62.889	180.583	712.428
Total Crédito Vencido	-	4.318	14.882	27.098	10.120	56.418
Total Crédito	370.127	103.147	14.882	89.987	190.703	768.846

LP
João Pereira
P

BPN CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

31.12.2007 (Proforma)						
	Créditos com Imparidade Colectiva			Créditos com Imparidade Individual	Outros Saldos	Total
	Créditos sem Incumprimento	Créditos com Incumprimento	Créditos em Default			
Crédito a Empresas						
<i>Análise Colectiva</i>						
Vincendo	217.075	19.320	-	-	18.406	254.801
Vencido	-	1.477	3.386	1.458	-	6.321
<i>Análise Individual</i>						
Vincendo	-	-	-	455	174.451	174.906
Vencido	-	-	-	7.327	6.323	13.650
	217.075	20.797	3.386	9.240	199.180	449.678
Crédito à Habitação						
Vincendo	2.206	1.486	-	-	1.744	5.436
Vencido	-	44	-	-	144	188
	2.206	1.530	-	-	1.888	5.624
Outros Créditos						
Vincendo	227.715	54.586	-	276	-	282.577
Vencido	-	2.400	9.192	196	88	11.876
	227.715	56.986	9.192	472	88	294.453
Total Crédito Vincendo	446.996	75.392	-	731	194.601	717.720
Total Crédito Vencido	-	3.921	12.578	8.981	6.555	32.035
Total Crédito	446.996	79.313	12.578	9.712	201.156	749.755

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	m€	
	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	776.751	757.151
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.897	4.952
Aplicações em instituições de crédito	186	186
	779.834	762.289
Extrapatrimoniais:		
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	129.175	172.019
	129.175	172.019
Exposição máxima a risco de crédito	909.009	934.308

LP
Yves Perle
P

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Justo valor das garantias recebidas de créditos em incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2008, a diferença entre o justo valor das garantias recebidas e os créditos em incumprimento, pode ser detalhada da seguinte maneira:

31.12.2008					
	Crédito vencido	Crédito vincendo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias	Diferença
Operações de crédito com garantias reais:					
Imóveis	3.992	40.401	44.393	51.703	7.310
Penhor de depósitos a prazo	1.164	130	1.294	200	(1.094)
Operações de crédito sem garantias					
	51.262	126.694	177.956	-	(177.956)
	56.418	167.225	223.643	51.903	(171.740)

Análise de Perdas por Imparidade

O cálculo das Perdas por Imparidade efectuado pela BPN Crédito, e cujo resumo se apresenta no quadro seguinte, baseou-se num modelo que parte da divisão da carteira de crédito em dois segmentos, o de Análise Individual (44,1%) e o de Análise Colectiva (55,9%).

Detalhe perdas por imparidade

Análise	Tipo de Perda Apurada	Total Exposição			Valor Imparidade	% Perda
		Vincendo	Vencido	Total		
Individual	Individual	82.088	24.400	106.488	45.081	42,3%
	Colectiva	68.967	826	69.793	4.512	6,5%
	Sem Perda	148.186	12.728	160.914	-	0,0%
		299.241	37.954	337.195	49.593	14,7%
Colectiva	Colectiva	408.730	19.000	427.730	15.312	3,6%
	Sem Perda					
		408.730	19.000	427.730	15.312	3,6%
	Total	707.971	56.954	764.925	64.905	8,5%

O valor do crédito dos clientes, não incluídos na análise individual, são agrupados em função da sua classe de vencido e de possuírem, ou não, colaterais associados, para apurar a perda colectiva a que ficam sujeitos.

Da carteira alvo da análise individual, determinamos um valor de imparidade de 49.593 m€ o que representa cerca de 14,7% do total de crédito analisado. Da análise colectiva resultou um total de perdas por imparidade de 15.312 m€, isto é, 3,6% da carteira analisada.

W
Luís Felipe
J

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

A selecção da carteira para a análise individual baseou-se, exclusivamente, em créditos individualmente significativos, como é demonstrado no quadro seguinte onde se detalha os factores de base da selecção:

Detalhe perdas por imparidade individual indentificadas por factor

Factores	Total Exposição Analisada			Total Exposição com Perda Individual			Perda Individual		Perda Colectiva	
	Vincendo		Total	Vincendo		Total	Valor	%	Valor	%
	Vincendo	Vencido		Vincendo	Vencido					
Individualmente Significativo	299.241	37.954	337.195	82.088	24.400	106.489	45.081	13,37%		
Cliente com Crédito Vencido	408.730	19.000	427.730						19.824	4,63%
Total	707.971	56.954	764.925	82.088	24.400	106.489	45.081		19.824	

No quadro seguinte, identifica-se o tipo de colaterais associados aos contratos que originaram perdas por imparidade apuradas ao nível individual.

Cauções de Contratos com Imparidade Individual

Tipo de Caução	Total Exposição com Perda Individual			Valor Perda Individual	Valor Colateral	% Cobertura
	Vincendo	Vencido	Total			
Hipoteca Imóvel	16.339	458	16.797	7.855	12.066	100%
Penhor Mercantil						
Outros	35.635	26.477	62.112	37.225		
Total	51.974	26.935	78.909	45.080	12.066	

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Handwritten signature and initials in blue ink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	31.12.2008					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	(12 751)	(6 270)	(3 109)	3 058	6 066	11 937
Total Activo Sensível	(12 751)	(6 270)	(3 109)	3 058	6 066	11 937
Recurso de Outras Instituições de Crédito	8 555	4 205	2 085	(2 050)	(4 067)	(8 000)
Total Passivo Sensível	8 555	4 205	2 085	(2 050)	(4 067)	(8 000)
Total Ganho Perda	(4 196)	(2 065)	(1 024)	1 008	2 000	3 938
	31.12.2007 (Proforma)					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	(11 314)	(5 563)	(2 758)	2 713	5 382	10 590
Total Activo Sensível	(11 314)	(5 563)	(2 758)	2 713	5 382	10 590
Recurso de Outras Instituições de Crédito	5 670	2 799	1 391	(1 374)	(2 730)	(5 393)
Total Passivo Sensível	5 670	2 799	1 391	(1 374)	(2 730)	(5 393)
Total Ganho Perda	(5 644)	(2 764)	(1 367)	1 340	2 652	5 197

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projectão Margem Financeira - Exercício de 2009					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(9 252)	(4 643)	(2 326)	2 326	4 643	9 252
Custos com Juros	11 699	5 871	2 941	(2 941)	(5 871)	(11 699)
Margem Financeira	2 447	1 228	615	(615)	(1 228)	(2 447)
	Projectão Margem Financeira - Exercício de 2008					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(9 674)	(4 855)	(2 432)	2 432	4 855	9 674
Custos com Juros	10 103	5 070	2 540	(2 540)	(5 070)	(10 103)
Margem Financeira	428	215	108	(108)	(215)	(428)

CP
Lopezfayal
J

BPN CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Risco cambial

Os activos e passivos financeiros em balanço, são na sua quase totalidade, denominados em Euros, sendo o seu risco cambial diminuto, conforme se pode verificar nos quadros seguintes:

	31.12.2008		
	Moeda		
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Total
Activo			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	6	-	6
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	2.805	92	2.897
Aplicações em Instituições de Crédito	186	-	186
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	57.062	-	57.062
Crédito a Clientes (saldos brutos)	776.751	-	776.751
	836.810	92	836.902
Passivo			
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	572.436	-	572.436
Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	411	-	411
Passivos Financeiros associados a activos transferidos	197.217	-	197.217
	770.064	-	770.064
Exposição Líquida	66.746	92	66.838

	31.12.2007 (Proforma)		
	Moeda		
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Total
Activo			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	5	-	5
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	4.913	39	4.952
Aplicações em Instituições de Crédito	186	-	186
Crédito a Clientes (saldos brutos)	757.151	-	757.151
	762.255	39	762.294
Passivo			
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	693.811	-	693.811
	693.811	-	693.811
Exposição Líquida	68.444	39	68.483

Handwritten signature and initials

- O Justo Valor do Crédito a clientes foi obtido a partir de uma segmentação da carteira viva a 31 de Dezembro de 2007 e 2008, definindo cash-flows futuros característicos de cada segmento, possibilitando obter o seu Valor Actualizado, utilizando como taxa de desconto as condições de mercado à data da análise;
- Recursos de OIC's: o método de apuramento do Justo Valor é semelhante ao utilizado para o crédito a clientes sendo que o spread aplicado teve como referência as taxas praticadas pelo principal financiador da actividade da Sociedade, o Banco Português de Negócios na data de referência;
- Responsabilidades representadas por títulos: foi utilizado o spread da própria operação Chaves Funding nº 5 visto que a sua contratação ocorreu em Dezembro de 2008, reflectindo assim as condições de mercado à data.

Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda por eventos externos à organização. Para a gestão do risco operacional encontra-se implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação desses riscos.

Risco de compliance

O Conselho de Administração do BPN SGPS é responsável pela supervisão da gestão do risco de compliance e pela divulgação das suas políticas pelas suas participadas.

Nota 35 – Pensões de reforma e sobrevivência

Descrição do Plano de Pensões - O plano de pensões reflecte as responsabilidades decorrentes do cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho da Actividade Bancária para com os empregados. Estas responsabilidades estão cobertas por um Fundo de Pensões, de acordo com o Aviso nº 12/2001 e Instrução 1/2008 do Banco de Portugal, e conforme as normas 7/2007-R e 2/2008-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008, a população abrangida é constituída por:

Beneficiários	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Nº de empregados	144	149
Nº de reformados e pensionistas	2	3
	146	152

O fundo é gerido pela Real Vida Seguros, S.A.

O montante das responsabilidades totais encontra-se reflectido nos quadros seguintes:

	31.12.08	31.12.07 <i>Proforma</i>
Responsabilidades do Fundo de Pensões (movimentos ocorridos)		
Responsabilidades do fundo de pensões no início do exercício	6.341	5.411
Custo do serviço corrente	747	693
Custo dos juros	317	287
(Ganhos) e perdas actuariais do ano:		
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	(75)	(123)
Pensões pagas pelo fundo de pensões no exercício	(20)	(19)
Outros	9	92
Responsabilidades do fundo de pensões no fim do exercício	7.319	6.341

UP
Yacoubkhal
OK

BPN CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

A BPN Crédito efectuou uma contribuição de 2.293 m€, permitindo desta forma que o fundo não apresente um nível de financiamento inferior a 95%, de acordo com o estabelecido pelo Aviso do Banco de Portugal.

	m€	
Evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	31.12.08	31.12.07
Em 1 de Janeiro		<i>Proforma</i>
Custo do exercício	598	360
Contribuições efectuadas no ano pela Sociedade	(608)	(587)
Outros	2.293	825
	249	0
Em 31 de Dezembro	2.532	598

O custo do exercício com pensões de reforma e benefícios de saúde podem ser analisados no quadro seguinte:

	m€	
Custo do exercício com fundo de pensões	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
- Custo dos juros	317	287
- Rendimento esperado do fundo	(329)	(268)
- Custo de serviço corrente	747	693
- Amortização do Exercício dos desvios fora do corredor	1	0
- Outros Contribuições Empregados	(119)	(125)
- Outros	(9)	
Custos com Pessoal (Nota 28)	608	587

Os prémios de antiguidade são contabilizados de acordo com a IAS 19, e as responsabilidades assumidas são as reflectidas no seguinte quadro:

	m€	
Prémios por Antiguidade	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>
Responsabilidades em 1 de Janeiro	275	243
Custo do exercício (Nota 28)	46	32
Responsabilidades em 31 de Dezembro (Nota 20)	321	275

A avaliação efectuada toma por base os pressupostos a seguir indicados, procurando-se, assim, dar satisfação ao pedido no ponto 4.5 da Norma 6/2004 e, no que respeita ao valor do fundo mínimo, ao ponto 14 da Norma 21/96 do ISP.

Principais Pressupostos de Cálculo	Pressupostos		Verificado	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
		<i>Proforma</i>		<i>Proforma</i>
Pressupostos Financeiros				
Taxa de Desconto	5,75%	5,00%	5,75%	5,00%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,00%	5,00%	0,27%
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	3,50%	2,50%	3,50%	4,80%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	1,75%	2,50%	1,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens		TV 88/90		TV 88/90
Mulheres		TV 88/90		TV 88/90
Tábua de invalidez		EVK 80		EVK 80
Taxa de Rotação de Pessoal				
Métodos de Valorização Actuarial		Unit Credit Projectado		Unit Credit Projectado

W.P.
João Pereira

Nota 36 – Gestão de capital

Em 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade, apesar de manter capitais próprios positivos, verifica-se estar perdido metade do capital social (capital próprio representa 44% do capital social). Deste modo, a Sociedade encontra-se no disposto dos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Esta situação põe em causa a continuidade das operações da Sociedade. O capital da Sociedade e do Grupo em que está inserida foi nacionalizado, estando a Direcção Geral do Tesouro e Finanças a preparar um plano para a sua viabilização. Até esta data não existe uma decisão definitiva sobre este assunto. Contudo, a Administração da Sociedade decidiu preparar e apresentar as contas do exercício de 2008 no pressuposto da sua futura viabilização e, por conseguinte, com base na continuidade das suas operações. Consequentemente, a continuidade das operações da Sociedade encontra-se condicionada ao plano de viabilização que vier a ser aprovado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças e ao sucesso da sua implementação.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais da Sociedade são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

BPN CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe dos fundos próprios da Sociedade apresenta-se de seguida:

Capital	63.518
Reservas e resultados transitados	(37.985)
Impactos da transição para NCA's, ainda por reconhecer	473
Imobilizações incorpóreas	(16)
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo	(265)

Fundos próprios de base	25.725
Fundos próprios complementares	851
Deduções	(575)

Fundos próprios totais (I)	26.001
	=====
Requisitos de fundos próprios (II):	
· para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transacções incompletas	58.412
· para risco operacional	6.390

	64.802
	=====
Rácio de solvabilidade [(I * 8%)/II]	3,2%

W
Yacine Kettar
 K

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da BPN Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da BPN Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

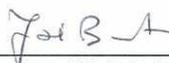
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2008 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual inclui uma reserva e três ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 da Certificação Legal das Contas e após considerar o descrito nos seus parágrafos 6 a 8, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 1 de Julho de 2009



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da BPN Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 832.320 mEuros e capitais próprios de 27.295 mEuros, incluindo um resultado líquido de 1.762 mEuros, as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto ao assunto descrito no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte de clientes e entidades pertencentes ao Grupo SLN, antigo accionista da Sociedade. Desta forma, não podemos concluir quanto à existência de eventuais passivos não registados.

Opinião

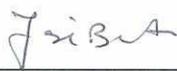
5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BPN Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfases

6. Em Novembro de 2008 todas as acções representativas do capital social do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), accionista indirecto da Sociedade, foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo BPN, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro. Durante o segundo semestre de 2008, foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras do BPN e da Sociedade, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido (Nota 4), originadas em exercícios anteriores. De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, a Sociedade efectuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007, conforme permitido pelo IAS 8, as quais são apresentadas em anexo no formato proforma. Os impactos e as divulgações decorrentes desta alteração estão descritos na Nota 4 do Anexo.
7. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações da Sociedade. Contudo, o balanço em 31 de Dezembro de 2008, apresenta perdido mais de metade do Capital Social da Sociedade, essencialmente em virtude do registo de provisões para crédito concedido, situação que determina a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Neste sentido, o Conselho de Administração deverá propor à Assembleia Geral a dissolução da Sociedade, a redução do capital social para montante não inferior ao capital próprio da Sociedade, ou a realização pelo accionista de entradas para reforço da cobertura do capital. Consequentemente, a continuidade das operações da Sociedade, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos dependem da concretização pelo accionista de suporte financeiro adequado e/ou do sucesso das suas operações nos próximos exercícios.

8. As demonstrações financeiras proforma relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, são apresentadas pela Sociedade para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Atendendo a que apenas fomos nomeados revisores da Sociedade em 30 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras do exercício de 2007 não foram por nós examinadas e, consequentemente, não expressamos qualquer opinião sobre as mesmas.

Lisboa, 1 de Julho de 2009



Deloitte & Associados, SROC, S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata